

CRÓNICA EM TEMPO DE GUERRA¹

1. – No início de 2010 veio a público a notícia de que, no meio do maior segredo (como convém aos negócios...), o banco americano *Goldman Sachs* tinha ajudado, ainda antes da presente crise, o Governo grego (conservador) a obter crédito no valor de milhares de milhões de euros.

O mesmo banco ‘aconselhou’ depois o mesmo Governo sobre os ‘truques’ de engenharia financeira necessários para falsificar as suas contas e enganar as autoridades comunitárias. Por estes sábios conselhos e serviços aquele banco terá cobrado 300 milhões de euros (pagos pelo povo grego, claro, que não entrou no negócio) e ganhou ainda muito dinheiro com os contratos de seguro de incumprimento da dívida grega, que recomendava aos clientes que convencia a emprestar dinheiro à Grécia a juros convidativos.

O capital financeiro e os seus servidores ganharam fortunas com estas manobras, mas a Grécia endividou-se e o povo grego, vítima da fraude, é agora acusado de ter cometido o ‘pecado’ de viver acima das suas posses e condenado pelos ‘mercados’ a ‘penitências’ infernais.

Os chamados ‘mercados’ estão aqui retratados de corpo inteiro. Quando estas manobras vieram a público, a Sr^a Angela Merkel comentou, com ar ‘angelical’ (“merkiavélico”, diria Ulrich Beck), que seria “vergonhoso” que “os bancos, que já nos levaram à beira do precipício, tivessem igualmente participado na fabricação das estatísticas orçamentais da Grécia.” Tudo ‘encenado’, apenas para a fotografia e para alemão ver, ouvir e votar...

A verdade é que participaram. A verdade é que burlaram a União Europeia. E é verdade que tudo isto é *vergonhoso*. Mas nada disto é novo. É *o pão nosso de cada dia* neste *reino do neoliberalismo*, neste *mundo sem vergonha*, neste capitalismo alicerçado no *crime sistémico*.

E o crime compensa. Pelos serviços prestados, o *boss* do *Goldman Sachs* recebeu, nesse ano, um prémio de nove milhões de dólares. E o senhor Mario Draghi, que era o vice-presidente do *Goldman Sachs* para a Europa (e que, nessa qualidade, foi o responsável direto por aqueles ‘negócios’ com o Governo grego), é hoje o Presidente

¹ Escrevi esta ‘crónica’ enquanto decorria o dramático processo de ‘negociações’ entre os *países e instituições credores* da Grécia e o governo deste país, eleito com um mandato para pôr termo à austeridade que arruinou a economia do país e provocou uma grave crise social. O texto inicial sofreu, entretanto, ligeiras alterações.

do Banco Central Europeu, com o indispensável voto favorável da Sr^a Merkel (acompanhado pelo voto favorável dos deputados socialistas no Parlamento Europeu). Certamente pelos relevantes serviços prestados ao capital financeiro e pelo respeito que demonstrou pela União Europeia, que passou a ‘servir’ a mais alto nível, com a mesma devoção pelo interesse público e com o mesmo respeito pelas instituições comunitárias...

A presença do grande capital financeiro no ‘governo’ da *Europa do capital* tornou-se indisfarçável com a nomeação (em 2012) de Lucas Papademos como Primeiro-Ministro da Grécia e de Mario Monti como Primeiro-Ministro da Itália. Nem um nem outro foram eleitos para os parlamentos dos seus países, e muito menos foram eleitos pelo povo para exercerem as funções que lhes foram cometidas. São ambos *banqueiros*, nomeados pelos seus ‘patrões’ para esta ‘comissão de serviço’ na vida política. Os governos por eles chefiados, embora apresentados como *governos de técnicos* (como se não fosse completamente absurdo admitir que pode haver uma *solução técnica* para problemas que são, essencialmente, *problemas políticos*), são *governos de banqueiros*. A verdade é que, não sendo *juntas militares*, eles foram verdadeiras *juntas civis* (Serge Halimi), constituídas à margem das regras do jogo democrático, humilhando os povos da Grécia e da Itália e traduzindo a menoridade da política e a negação da democracia.²

Mario Monti foi assessor do *Goldman Sachs* quando Mario Dragui era seu Diretor para a Europa, durante o período em que o banco americano orientou (regiamente pago) a ‘batota’ feita pelo Governo grego. Não deixa de ser simbólico o facto de Mario Monti ostentar também no seu currículo a atividade como *conselheiro da Coca-Cola*.

Tal como Mario Draghi (que foi Diretor Executivo do Banco Mundial entre 1985 e 1990 e Governador do Banco de Itália, depois de, na qualidade de Diretor do *Goldman Sachs*, ter ajudado o Governo grego a ludibriar as autoridades da UE), Lucas Papademos colaborou, como Governador do Banco Central da Grécia, na falsificação das contas públicas deste país. Ele e Mario Monti pertencem à *Comissão Trilateral*.³

² Não é de estranhar, por isso mesmo, que do Governo Papademos tivessem feito parte ‘técnicos’ pertencentes a um partido político de extrema-direita, impedido de participar em quaisquer governos desde a queda da ditadura militar na Grécia, em 1974.

³ O presidente desta prestimosa instituição é o britânico Peter Sutherland, que já foi administrador do Goldman Sachs e também Comissário Europeu; o vice-presidente é o antigo Ministro checo da Economia, Vladimir Dlouhr, atualmente conselheiro do Goldman Sachs para a Europa Oriental. Eu não quero acreditar em bruxas, *pero que las hay, hay*.... Que o diga Anders Fogh Rasmussen, que passou de Primeiro-Ministro da Dinamarca para

Estes episódios pouco honrosos para a Europa vieram tornar claro que quem manda nesta *Europa do capital* são os ‘mercados’, os banqueiros, os especuladores, os donos do *Goldman Sachs* e os senhores da *Comissão Trilateral*, com a colaboração das *troikas* e dos *troikos* de serviço na burocracia de Bruxelas e nos governos da generalidade dos estados-membros.

À escala europeia, o *império do capital financeiro* é reconhecido por Philippe Legrain (um belga que é professor de Economia numa Universidade inglesa e que foi conselheiro do Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso), quando diz que “os Governos identificam os bancos como campeões nacionais a proteger”, “colocando os interesses dos bancos à frente dos interesses dos cidadãos” e quando fala de “uma relação quase corrupta entre bancos e políticos: muitos políticos seniores ou trabalharam em bancos ou esperam trabalhar depois”. As políticas de combate à crise – entende Legrain (*Público*, 11.5.2014) – foram impostas sobretudo pelo “poder político dos bancos franceses e alemães”. Quem viveu as coisas por dentro sabe do que fala.

Os ‘mercados’ têm rosto, como se vê. Estes são alguns dos rostos dos ‘mercados’, alguns dos ‘mercadores’ que trabalham para os especuladores, para aqueles que são “a sida da economia mundial”, que especulam contra o euro atacando os estados-membros mais fracos da Eurozona, e que, como ‘governantes’, se dedicam às tarefas de combater a crise que eles próprios desencadearam e que alimentam todos os dias.

É o reino tentacular dos *conglomerados financeiros*, verdadeiras *holdings* do *crime sistémico*: ‘jogos de casino’, especulação à margem das leis, evasão e fraude fiscais, tráfico de droga, de armas e de mulheres, tudo à sombra desses santuários do capitalismo moderno que são os *paraísos fiscais*, que acolhem valores que representam cerca de 30% do PIB mundial. É muito dinheiro, que foge aos impostos e que faz falta para pagar tudo aquilo que nos dizem ter de acabar por não ser financeiramente sustentável.

Eles são a *sida da economia mundial*. Mas são eles que mandam em todos os Chirac, em todas as Merkel, em todos os Sarkozy, em todos os Hollande, e em todos os Obama. São eles os verdadeiros ‘ministros’ da *igreja neoliberal*, cujos dogmas orientam a política das potências capitalistas dominantes, com particular realce para a UE, manietada pela camisa-de-forças em que os seus construtores a encerraram. Mas é bom

Secretário-Geral da NATO, e os créditos que acumulou pelos seus bons serviços prestados permitiram a sua promoção ao cargo de conselheiro do Goldman Sachs. Cá se fazem, cá se pagam...

que tenhamos a consciência de que estes ‘paraísos’ não são uma criação da natureza. São criações do grande capital financeiro e dos seus estados. Podem ser facilmente destruídos se os povos do mundo quiserem. E não faltam razões para isso, porque eles são os santuários do *crime sistémico*, mantidos pelo poder político (o estado capitalista e as agências e instâncias internacionais) que pôs de pé, reforçou e sustenta as estruturas que permitiram e mantêm de pé o *capitalismo do crime sistémico*.

2. - A história recente da Grécia mostra bem as consequências de um país ser *governado pelo capital financeiro* e seus agentes.

E é esta história, e não a preguiça do povo grego ou quais quer outros pecados próprios de um povo incapaz de auto-governo, que explica o endividamento da Grécia, que em nada modificou as estruturas económicas, políticas e sociais que poderiam ajudar a desenvolver a sua economia, proporcionando mais emprego, mais riqueza e mais bem-estar ao povo grego, que, evidentemente, não foi parte ativa nestas histórias mafiosas.

A crise que assola a Europa desde 2007/2008 veio pôr a nu a verdadeira face da *Europa neoliberal*, a *Europa do capital*, a Europa que os cidadãos europeus já recusaram: um grande mercado interno, com uma economia incapaz de crescer, um espaço sem um mínimo de solidariedade e de coesão social, sem o mínimo sentimento de pertença, um espaço em que alguns estados se assumiram como ‘donos da bola’ e têm imposto as ‘regras do jogo’, humilhando os trabalhadores europeus e tratando com laivos de superioridade rácica os *povos do sul*.

Logo que surgiram os problemas da dívida pública grega, muita gente esperou uma solução rápida para eles, pois o PIB grego não chega a 2% do PIB da zona euro, o que quer dizer que seria muito barata uma operação de reestruturação da dívida da Grécia. No entanto, na cimeira de 7-8 de maio/2010 a Alemanha impôs o ponto de vista de que a crise na Grécia não era uma *crise do euro*, uma *crise da UEM* (crise perante a qual a Alemanha teria de assumir responsabilidades e ‘sacrifícios’ correspondentes ao seu peso económico e político no seio da UE e às vantagens do referido ‘estatuto’ do *deutsche euro*), não passando de um caso isolado, explicável pela irresponsabilidade, pela preguiça, pela incapacidade e por outros vícios do povo grego, que se habituou a viver bem sem trabalhar. Não há um *problema do euro*, não há *problema europeu*, há um *problema grego*! Por isso, os gregos que paguem a crise, redimindo os seus

‘pecados ‘ à custa de duras penitências, porque só assim os *povos do sul* aprendem a ‘lição’.

E o povo grego que foi obrigado a pagar a dívida, sofrendo as consequências de *políticas de austeridade* draconianas (verdadeiras *políticas de subdesenvolvimento*), mal concebidas, ignorando a realidade do país, políticas decididas com atraso (porque havia eleições na Alemanha e a Sr^a Merkel preferiu ganhar votos à custa do discurso *racista* contra o povo grego), políticas das quais só poderia esperar-se o desastre que veio a acontecer.

A opção foi salvar a banca à custa do povo grego (foi para a banca *todo o dinheiro emprestado à Grécia*), empenhando-se o BCE em operações várias destinadas a transferir a dívida grega da banca privada para instituições públicas (BCE, FMI, MEE). O PIB grego baixou cerca de 25% e a taxa de desemprego atingiu os 27% (cerca de 40% para os jovens), desastres acompanhados do desmantelamento da débil Administração Pública grega, da baixa dos salários e das pensões, da venda ao desbarato de empresas estratégicas. A economia grega foi destruída e o povo grego sofre as consequências de uma verdadeira calamidade social. A Grécia foi tratada como uma *colónia*.

Esta atitude do ‘conselho de administração’ da *Europa do euro* é incompreensível: parece que os que se arvoram em ‘donos da Europa’ não querem compreender todas as implicações de uma união monetária. Basta comparar com o que se passou em algumas situações idênticas ocorridas nos EUA. Se esta lógica fosse aplicada pelo Governo dos EUA (um estado federal que é também uma *união monetária*), os estados da Louisiana e do Mississippi teriam ficado entregues a si próprios e poderiam ter de *sair do dólar* na sequência da destruição provocada pelo furacão Katrina. Mais recentemente, a Califórnia teria sido obrigada a enfrentar sozinha as suas dificuldades financeiras e poderia ter sido obrigada a ‘sair do dólar’, quando teve que emitir moeda paralela (os famosos IOU – *I Owe You*, documentos de reconhecimento de dívida e promessa do respetivo pagamento, que circulam com o valor de moeda) porque não tinha liquidez em dólares para satisfazer as suas necessidades de pagamento. É claro que ninguém sequer pensou noutra coisa: a União americana assumiu esses problemas como seus, porque todos os estados americanos partilham o dólar como *moeda única* e a existência de uma união monetária exige *solidariedade ilimitada entre todos os seus membros* e um *orçamento federal* com

suficiente capacidade redistributiva (*solidariedade e orçamento* que não existem na UE).

Perante a atitude da Alemanha relativamente à Grécia, Jürgen Habermas comentou: “A prioridade das preocupações nacionais [alemãs] nunca se manifestou com tanta clareza como na resistência robusta de uma Chanceler que, antes da sua derrota desastrosa no dia 8 de maio de 2010, bloqueou durante semanas a ajuda europeia à Grécia e o mecanismo de emergência para salvar o euro.” E ‘acusou’ Merkel de não ser capaz de ultrapassar “a consideração oportunista dos joguinhos da política interna”, cedendo ao “medo das armas de destruição maciça da imprensa tablóide” (esquecendo “a força destrutiva das armas de destruição maciça dos mercados financeiros”) e “bloqueando uma ação conjunta da União que teria apoiado atempadamente a Grécia contra a especulação que visava a bancarrota do estado.” O filósofo alemão viu neste comportamento da Alemanha um sinal claro da arrogância hegemónica por parte do seu país, que parece estar a perder a consciência dos sacrifícios que impôs aos demais povos europeus durante o século XX (“a consciência de uma herança histórico-moral comprometedor”). E confessa: “apercebi-me, pela primeira vez, da possibilidade real de um fracasso do projeto europeu.”

Perita na “arte da hesitação deliberada” (Ulrich Beck), a Sr^a Merkel fez tudo para esconder a *crise da UEM e do euro alemão* e as suas causas. E um dos expedientes para o conseguir foi o de atribuir a *culpa* da crise da Grécia (e dos *povos do sul*) aos defeitos destes povos (a Irlanda deve ter-se naturalizado...), tese que permitiu, por outro lado, justificar perante o mundo e perante os próprios povos inferiores (culpados das suas próprias desgraças), todas as penas infamantes a que foram condenados, pondo-lhes a rédea curta e tentando convencê-los de que a sua ‘cura’ teria de passar por um calvário de sacrifícios (o sacrifício purifica!), indispensáveis para que eles aprendam que não podem continuar a viver acima das suas posses...

Merkel intoxicou os alemães com uma conversa que sabia agradar a boa parte da opinião pública do seu país, que parece continuar predisposta a acreditar facilmente na ‘verdade’ dos *chefes*, sobretudo quando estes põem em relevo as ‘virtudes’ do povo alemão, em confronto com os ‘vícios’ dos *povos do sul, povos inferiores*, merecedores, por culpa própria, de todas as escravidões, incluindo a *escravidão por dívidas*. A chanceler levou os alemães a acreditar que são eles que estão a alimentar os ‘vícios’ desta gentalha, meio (ou todo...) caminho andado para que os alemães (e os ‘alemães’

de outros países) concluíssem não fazer sentido nem ser justo que sejam os ‘virtuosos’ a alimentar os *vícios* e a pagar a ‘boa vida’ dos ‘preguiçosos pecadores’ *povos do sul*.

É claro que a Sr^a Merkel não disse aos alemães que, segundo dados recentes da OCDE (9-7-2015) referentes a 2014, os portugueses trabalharam, em média, 1875 horas, mais do que a média dos países membros da OCDE (1770 horas), sendo que os trabalhadores gregos ainda trabalharam mais horas (2042). Felizmente para eles, os trabalhadores alemães só trabalharam, em média, 1371 horas, menos 486 horas do que os trabalhadores portugueses e menos 671 horas do que os trabalhadores gregos.

É claro que a chanceler não disse aos alemães quanto é que eles tiveram de pagar para salvar os bancos alemães e para salvar os bancos de outros países da zona euro, nem lhes disse quanto é que a Alemanha tem ganho com o *deutsche euro*, com as *regras* de Maastricht, com a ‘independência’ do BCE, com a *liberdade de circulação de capitais* (e outras *liberdades do capital*), com os empréstimos concedidos à Grécia para que esta pagasse negócios chorudos e escuros com empresas alemãs, com as ‘ajudas’ dos programas de assistência financeira, com as políticas de austeridade que impôs a gregos e a troianos para salvar os bancos alemães.

Este discurso racista e xenófobo agrada a grande parte do eleitorado alemão e a Sr^a Merkel quer, acima de tudo, ser reeleita. Mas é claro que ele visa essencialmente ‘esconder’ as causas e a natureza da crise. E os mais avisados, como Ulrich Beck, vão lembrando ao mundo que “a arrogância dos europeus do Norte em relação aos países do Sul, alegadamente preguiçosos e sem disciplina, demonstra ignorância cultural e um esquecimento brutal da história.” E os que não esquecem as lições da História sabem muito bem que *o sono da razão gera monstros*.

A opção foi salvar a banca à custa do povo grego (foi para a banca todo o *dinheiro emprestado à Grécia*), empenhando-se o BCE em operações várias destinadas a transferir a dívida grega da banca privada para instituições públicas (BCE, FMI, MEE). O PIB grego baixou cerca de 25% e a taxa de desemprego atingiu os 27% (cerca de 40% para os jovens), desastres acompanhados do desmantelamento da débil Administração Pública grega, da baixa dos salários e das pensões, da venda ao desbarato de empresas estratégicas. A economia grega foi destruída e o povo grego sofre as consequências de uma verdadeira calamidade social. A Grécia foi tratada como uma *colónia*.

3. – Perante a *crise do euro* (e *crise da ‘Europa’*), prevaleceu, até hoje, a tese de que ela se deve aos ‘pecados’ dos *povos do sul* e a tese de que tal ‘doença’ se cura pela *penitência* e pelo *sacrifício purificador*, que anda de par com essa outra tese da *austeridade regeneradora*. Aqui radica ‘fundamento ‘moral’ das *políticas de austeridade*, apresentadas em regra, ‘patrioticamente’, como indispensáveis à salvaguarda da soberania do país e ao cumprimento ‘honrado’ dos compromissos assumidos. Elas são, porém, *políticas de classe* (políticas impostas pelo capital financeiro contra os trabalhadores), *políticas imperialistas*, *políticas anti-democráticas*. E têm-se traduzido no ‘confisco’ da soberania dos povos ‘condenados’ a sofrê-las, obrigados a pagar dívidas que alguém contraiu abusivamente em seu nome, dívidas que eles não podem pagar.

Esta ‘leitura’ da crise e as políticas adotadas para a enfrentar estão a destruir as economias europeias, estão a romper o tecido social dos estados europeus, estão a desperdiçar uma geração (os jovens desempregados, quatro em cada dez); podem acelerar o fracasso da “fantasia” da UEM e do euro (nomeadamente do euro enquanto moeda de referência nos pagamentos internacionais, capaz de pôr cobro ao monopólio do dólar) e podem mesmo pôr em causa a Europa de paz que se pretendeu construir com a criação da CECA (uma Europa desejosa de integrar, sem riscos, uma *Alemanha europeia*, uma Alemanha despida de projetos imperiais e solidária com os interesses de todo o Velho Continente).

Como muitos entenderam que para se ser bem visto nesta *Europa alemã* era necessário não ser (ou, pelo menos, não parecer) ‘pecador’, foi deprimente ver-se os *países do sul*, em especial os devedores, a dizer, cada um deles, que era melhor do que os outros. A União Europeia transformou-se numa melodramática *desunião europeia*.

Este ‘caldo de cultura’ e este desejo de agradar ao ‘dono’ têm cimentado a ideia de que é pecaminoso falar de reestruturação da dívida soberana dos países que, consabidamente, não têm condições para a pagar.

4. – A História mostra, porém, que não é de hoje o recurso à reestruturação das dívidas soberanas nem a invocação do princípio segundo o qual nenhum povo pode ser obrigado a pagar dívidas contraídas para o subjugar.

Em 1861, o governo mexicano invocou o referido princípio para justificar a sua recusa de pagar dívidas contraídas pelo antigo ditador para dominar o povo mexicano. Desta vez, os credores (o Reino Unido, a França e a Espanha) impuseram os seus

direitos pela força: ocuparam o País e impuseram como ‘imperador’ do México o príncipe Maximiliano da Áustria.

Nos finais do século XIX, quando os EUA substituíram a Espanha no domínio de Cuba (só formalmente independente), o governo espanhol apresentou-se também para cobrar a Cuba empréstimos que tinham sido concedidos durante o domínio colonial. Desta vez, intervindo em defesa do seu ‘protetorado’, os EUA invocaram exatamente aquele princípio para libertar o povo cubano do dever de pagar tal ‘dívida’.

Já em 1918, foi a vez de a Rússia revolucionária se recusar, com aquele fundamento, a pagar a dívida contraída pelo Czar Nicolau II.

Também sabemos que, ao menos durante a primeira década posterior ao fim da 2ª Guerra Mundial, vários países beligerantes (entre os quais o RU e os EUA) conseguiram reduzir o montante das suas dívidas soberanas graças à inflação, que lhes permitiu amortizar a dívida em moeda com menos poder de compra e pagar os juros a taxas reais negativas.

Toda a gente considerou isso natural, e os ‘investidores’ tiveram de dar o seu contributo, porque os estados controlavam então os movimentos de capitais (a *fuga de capitais* era um crime passível de pena de prisão) e controlavam estritamente a atuação da banca (nacionalizada, em boa parte, no RU, na França e em outros países europeus).

No início deste terceiro milénio, o Governo de Nestor Kirchner comunicou ao FMI que não podia continuar a martirizar o seu povo, pelo que a Argentina suspenderia o pagamento dos encargos da dívida até que pudesse retomá-lo. O povo argentino passou momentos difíceis. Durante dois anos, a Argentina teve de recorrer a uma moeda paralela (o *corralito*), e o PIB baixou 4,5% em 2001 e 11% em 2002. Mas nos anos seguintes a economia cresceu a taxas entre 4% e 8%, o desemprego diminuiu significativamente, o país acabou por conseguir uma redução do montante da dívida e das taxas de juro e a prorrogação dos prazos de pagamento, e pagou a dívida ao FMI em 2006.

Em 2003, depois da ocupação do Iraque, os EUA invocaram o mesmo princípio para legitimar o não pagamento, pelo governo que tinha colocado à frente do Iraque, das dívidas contraídas por Saddam Hussein, alegando que o povo iraquiano não podia ser obrigado a pagar “dívidas contraídas em benefício do regime de um ditador em fuga”. E o princípio valeu: os principais credores (Alemanha e França) aceitaram um perdão de 80% dos créditos que tinham apresentado para cobrança.

Como é sabido, no âmbito da presente crise iniciada em 2007/2008, a Islândia recusou as exigências dos seus credores (sobretudo bancos ingleses e franceses, que tinham ‘colonizado’ os bancos islandeses), julgou e condenou os responsáveis pela bancarrota dos bancos, foi à sua vida e não se deu mal.

Apesar destes antecedentes, no caso da Grécia (de Portugal e de outros países), o princípio da renegociação e reestruturação da dívida tem sido recusado como ‘subversivo’. E, no entanto, até o antigo conselheiro de Durão Barroso (atrás referido) defende, sem hesitações, que “Portugal deve procurar obter uma redução da dívida oficial” [a dívida junto dos países do euro], insistindo em que, para além de uma “reestruturação dos bancos”, Portugal precisa de “um perdão da dívida que reduza os pagamentos a título de juros”.

A História regista várias outras situações em que os países devedores foram autorizados a suspender o pagamento dos encargos da dívida durante os períodos de recessão e a dosear o montante dos encargos anuais a pagar em função de determinados indicadores (evolução do PIB, das receitas fiscais, do valor das exportações).

A História ensina também que há muitas formas de resolver os mesmos problemas. E a Alemanha deveria estar entre os primeiros países a não esquecer as lições da História. Tal como acontece com as pessoas e as instituições, também a História dos povos é feita de grandezas e misérias. E cada um tem que assumir a sua História por inteiro. Também a Alemanha, sem ter que ignorar as suas grandezas, não pode esquecer as suas misérias.

A Alemanha não pode esquecer que foi o devedor mais relapso ao longo do século XX, durante o qual cometeu, contra os povos da Europa e de todo o mundo, gravíssimos *crimes contra a Humanidade*.

A Alemanha não pode esquecer que as tropas da Alemanha nazi assassinaram, em 1940, mais de um milhão de gregos (muitos deles *deliberadamente mortos pela fome*), infligindo também à Grécia enormes prejuízos materiais, para além do roubo de obras de arte sem preço.

A Alemanha não pode esquecer que, apesar de tudo isso, beneficiou do perdão de dívidas, contando-se a Grécia (e também a Espanha e a Irlanda) entre os países que, nos termos do *Acordo de Londres* (assinado em 27.2.1953), perdoaram dívidas à Alemanha, apenas oito anos depois do fim da Guerra.

Efetivamente, este *Acordo de Londres* reflete a solução encontrada para resolver o problema da dívida da Alemanha (uma dívida avaliada em 32 biliões de marcos), após

negociações com 26 países credores (os principais eram os EUA, o RU, a Holanda e a Suíça).

Durante a conferência realizada em Lancaster House, o chanceler da RFA, Konrad Adenauer escreveu uma carta aos credores lembrando-lhes que era necessário “ter em conta a situação económica da RFA”, a necessidade de ter em conta, nomeadamente, “o facto de a dívida e os encargos da dívida não aumentarem ao mesmo tempo que o crescimento económico diminui”.

E os credores não tiveram dificuldade em compreender que impor à RFA políticas recessivas e fazer exigências duras no que toca ao pagamento da dívida não era o melhor caminho para assegurar a melhoria do nível de vida dos alemães e para garantir as condições para que a RFA pudesse pagar a dívida.⁴

Todos os autores concordam hoje que estas condições concedidas à Alemanha estão entre os fatores mais importantes para explicar o famoso ‘milagre alemão’ da década de 1950. No início de julho/2015, foi a vez de Habermas recordar isto mesmo: “A Alemanha deve o impulso que lhe permitiu o salto de que se alimenta ainda hoje à generosidade dos países credores [entre os quais a Grécia, digo eu. AN], que, pelo Acordo de Londres de 1953, eliminaram de uma penada cerca de metade das suas dívidas”. Porque não se aplica agora, à Grécia e a Portugal, esta mesma receita milagreira, resultante de uma *deliberação política*? Porque se quer, agora, reduzir a *política* à mera *aplicação de regras*?

O conhecimento da História torna ainda mais estranho e mais ‘criminoso’ que as autoridades da UE tenham optado pela ‘condenação’ dos países devedores a *políticas de*

⁴ Os EUA propuseram o perdão total da dívida contraída pela Alemanha após a 2ª Guerra Mundial, mas o compromisso acabou por ser estabelecido nestes termos: *a*) perdão de 50% da dívida alemã (entre os credores que perdoaram dívida alemã estavam a Espanha, a Grécia e a Irlanda); *b*) diferimento *sine die* das dívidas de guerra que seriam reclamadas à RFA (alguns autores admitem, por isso, que o perdão das dívidas da Alemanha terá rondado os 90%); *c*) redução considerável da taxa de juro (limite máximo de 5%); *d*) possibilidade de a RFA pagar na sua própria moeda; *e*) reescalamento do pagamento dos restantes 50% para um prazo de trinta anos (algo mais para uma parcela desta dívida, de tal forma que a Alemanha só em 1990 pagou dívida contraída em 1920); *f*) o pagamento dos encargos da dívida seria feito apenas se houvesse saldo positivo da balança comercial da Alemanha, que não seria obrigada a lançar mão de outros recursos (reservas de divisas ou dívida nova) se não registasse, em dado ano, aquele saldo positivo (para o conseguir, a Alemanha era mesmo autorizada a introduzir barreiras às importações); *g*) o pagamento efetivo dos encargos da dívida foi condicionado à capacidade de pagamento da Alemanha, não podendo o serviço da dívida absorver mais do que 5% do valor das exportações, e admitindo-se a suspensão dos pagamentos e sua renegociação em caso de dificuldades económicas; *h*) os credores obrigavam-se a permitir à Alemanha garantir de forma duradoura o crescimento da sua economia e a sua capacidade de negociação; *i*) o objetivo global do Acordo era o de permitir à Alemanha condições para prosseguir o crescimento económico sem sacrificar o consumo dos alemães.

austeridade que provocaram recessões gravíssimas (25% de quebra do PIB na Grécia; cerca de 6,5% em Portugal), empobreceram e humilharam povos inteiros, aumentaram a dívida externa, reduziram a capacidade de pagamento da dívida (as dívidas da Grécia e de Portugal são impagáveis!) e minaram gravemente as bases da soberania nacional destes países. A UE, em vez de ajudar os ‘países do sul’ a melhorar as suas economias, empresta-lhes dinheiro a taxas de juro agiotas e obriga-os a utilizar esse dinheiro apenas para pagar os encargos da dívida e para ajudar os bancos (exigência dos *Memorandos de Entendimento* impostos à Grécia e a Portugal), asfixia-os com *políticas de austeridade*, ‘confisca’ as suas empresas públicas estratégicas, transforma-os em verdadeiras colónias.

A esta luz, impressiona-me muito que, perante as dificuldades por que passa o povo grego, alguns setores políticos e da comunicação social dominantes na Alemanha (talvez refletindo os sentimentos de uma parte da opinião pública alemã) tenham ido ao ponto de ‘aconselhar’ os gregos a vender o Parthénon e as ilhas do Mar Egeu, e os portugueses a embarcar na “jangada de pedra” (tomando o título de um livro de José Saramago) rumo ao Brasil (para se juntarem aos índios da selva amazónica, pensarão eles...). É uma provocação primária e uma ofensa à dignidade de gregos e portugueses.

E impressiona-me ainda mais que o Ministro das Finanças alemão – que está sempre a dar lições aos *povos do sul*, exigindo-lhes que paguem as suas dívidas e impondo-lhes pesados sacrifícios punitivos –, tenha vindo a público dizer que a questão das reparações de guerra é assunto do passado. É uma arrogância que ofende o mundo inteiro, semelhante à daqueles que negam o holocausto. Triste sinal dos tempos...

Este ministro alemão e todas as autoridades do seu país sabem muito bem que a Alemanha nunca pagou à Grécia um cêntimo que fosse para indemnizar o povo grego pelos danos morais e materiais que lhe foram infligidos pelas suas forças armadas. Não é fácil calcular os danos morais: qual a recompensa por uma pessoa assassinada? E por uma pessoa torturada e condenada a morrer à fome em campos de concentração? E qual a recompensa pelo roubo do património artístico e cultural de um povo? Mas poderão calcular-se os danos materiais. O governo grego fez as contas e anunciou ter direito a reclamar da Alemanha uma indemnização de 278 mil milhões de euros pelos danos causados pela agressão da Alemanha nazi. Chegava para resolver os problemas financeiros da Grécia, que refletem, aliás, ganhos fartos do capital alemão.

5. – Mesmo nesta *Europa austeritária*, receou-se, a certa altura, que o ‘inferno’ para que vinham empurrando a Grécia poderia obrigar este país a declarar a cessação de pagamentos e o abandono do euro. E vários autores avisaram que a Grécia poderia não ir sozinha para o ‘inferno’. Entre outros, Paul Krugman: “É fácil ver como esta pode ser a primeira peça de um dominó que se estende a grande parte da Europa, (...), que pode tornar-se no centro de uma nova crise financeira”.

Neste contexto, começou a ganhar terreno, em meados de 2011, a ideia da inevitabilidade da reestruturação da dívida externa grega, processo que começou a pôr-se em prática, mais na sombra do que às claras, porque a posição oficial era (e ainda é...) a de recusar qualquer ideia de renegociação e reestruturação da dívida.

O então Presidente do *Eurogrupo* começou a falar da necessidade de uma *reestruturação soft* da dívida grega. E, em finais de junho/início de julho/2011, a Alemanha e a França (que, talvez por defeito de fabrico, sempre gostaram de se substituir à ‘Europa’) começaram também a dar sinais de alguma flexibilidade, admitindo a renegociação com a participação voluntária dos bancos privados. Talvez tenham concluído que esta poderia ser a solução para acautelar da melhor maneira os interesses dos ‘seus’ bancos, com elevado grau de exposição à dívida grega, e para não se arriscarem a perder o *deutsche euro*, que tão bons serviços tem prestado aos poderes imperiais.

De acordo com as notícias vindas a lume, no início de julho/2011, os bancos privados (sobretudo franceses e alemães) aceitaram reformar 70% da dívida de curto prazo e de médio prazo, substituindo-a por títulos de dívida pagável num prazo de trinta anos, com uma taxa de juro entre 5,5% e 8%, conforme a taxa de crescimento do PIB grego que vier a verificar-se. Os especialistas chamaram a atenção para o facto de esta operação (que teve o acordo da entidade que congrega a banca europeia, a *Autoridade Bancária Europeia* – EBA) assentar em um novo ‘produto financeiro’, particularmente complexo, que poderá conduzir a uma situação idêntica à que decorreu dos empréstimos *subprime* nos EUA.

Esta solução teve como contrapartida a condenação da Grécia à adoção de mais medidas de austeridade, pouco compatíveis com o estatuto de um estado soberano. Fortemente pressionadas, as autoridades gregas aceitaram o ‘acordo’ (“rollover agreement”), que lhes foi imposto. Mas quando o Primeiro-Ministro Papandreou falou em ouvir o povo através de referendo, puseram-no na rua.

Em março/2012, deram-se mais alguns pequenos passos no mesmo sentido.

No entanto, apesar de o governo grego da altura ter sido ‘nomeado’ pela *troika* e pelos ‘mercados’, os créditos dos ‘sócios’ da *troika* não entraram no acordo. E a *troika* impôs condições (compensação aos credores, recapitalização da banca, etc.) que quase esvaziaram os efeitos positivos desta ‘reestruturação’. Para entregar mais uma prestação do empréstimo concedido à Grécia a *troika* impôs ainda um novo *programa de austeridade*, persistindo – apetece dizer *criminosamente* – em condenar o povo grego a mais desemprego e a mais miséria e em destruir a economia do país, obrigando a Grécia a um programa de privatizações que transfere para as mãos do grande capital estrangeiro (com os alemães na primeira linha), a preços de saldo, o que resta do setor empresarial do estado.

Para comemorar a façanha, o Ministro das Finanças alemão e o porta-voz da Comissão Europeia apressaram-se a dizer que, aliviada um pouco a carga, o governo grego tinha de cumprir escrupulosamente as exigências da *troika*..., exigências que, ainda que não escrupulosamente cumpridas, produziram, no período entre 2010 e 2012, uma diminuição acumulada do PIB de 25%, e conduziram a uma taxa de desemprego próxima dos 27%.

Esta reestruturação viciada não corrigiu nada na trajetória da dívida grega, antes agravou a situação geral no país. A tal ponto que foi inevitável uma nova reestruturação, mais uma vez ‘comandada’ pela *troika* (ou pela Alemanha, disfarçada de *troika*). Após as eleições de junho/2012 (marcadas pela escandalosa chantagem sobre o povo grego e pela ingerência nos assuntos internos da Grécia por parte das agências e dos estados ao serviço do capital financeiro), o governo de coligação (conservadores e socialistas) anuncia o seu propósito de renegociar as condições da dívida, aceitando cumprir as ‘metas’ impostas pelos credores. Desta vez, entraram também os créditos das entidades representadas na *troika*. O resultado – tanto quanto se sabe – traduziu-se na concessão de um período de carência; no adiantamento de parte do dinheiro emprestado para financiar a recompra de dívida externa grega no mercado secundário a um preço inferior ao da sua emissão (o que configura, indiretamente, uma redução da dívida); no compromisso de entregar ao estado grego os lucros obtidos pelo BCE nas operações sobre a dívida grega; no perdão de parte da dívida; no aumento dos prazos de maturidade dos empréstimos e na baixa das taxas de juro.

Teriam feito o justo e o correto se estas facilidades tivessem sido concedidas antes de as políticas de austeridade terem destruído a economia grega e terem privado o estado grego de meios para promover o desenvolvimento autónomo do país. É óbvio, de

todo o modo, que não se trata de reestruturação a sério, porque, depois dos malefícios infligidos ao povo grego (que o deixaram praticamente exangue), as medidas adotadas não proporcionam à Grécia condições mínimas para poder fazer crescer a sua economia, gerar emprego e criar riqueza.

6. - Apesar de algumas cedências na prática, o princípio da reestruturação e negociação da dívida soberana dos países mais fracos e mais sujeitos aos chamados choques assimétricos (Grécia, Portugal e outros pequenos países da zona euro) continua a ser oficialmente recusado, em nome da boa moralidade doméstica, segundo a qual quem deve paga! O contrário é algo de ‘subversivo’.

De há muito que de vários lados vêm alertas para o facto de a dívida grega ser impagável.

Ensina Paul Krugman: “Se quiser ser realista, a Europa tem de se preparar para aceitar uma redução da dívida, o que poderá ser feito através da ajuda das economias mais fortes e de perdões parciais impostos aos credores privados, que terão de se contentar com receber menos em troca de receber alguma coisa.” “Só que realismo é coisa que parece não abundar”..., comenta o Prémio Nobel.

No início de 2015, até o insuspeito *Financial Times* veio reconhecer que “o reembolso da dívida [da dívida imputada à Grécia] implicaria que a Grécia se transformasse numa economia escrava” [palavras fortes!].

No início de fev/2015, um grupo de 300 economistas e universitários de todo o mundo (entre os quais James Galbraith, Stephany Griffith Jones e Jacques Sapir) publicaram um apelo dirigido às autoridades comunitárias e aos governos dos estados-membros da UE no sentido de “respeitarem a decisão do povo grego” nas eleições e de estabelecer “negociações de boa fé com o novo governo grego [o governo do Syriza] para resolver a questão da dívida”, defendendo o “completo fracasso” das políticas até então impostas à Grécia, que carece de “medidas humanitárias imediatas”, para além da “anulação da sua dívida”. “O que está em jogo – defenderam estas personalidades – não é apenas o destino da Grécia, mas o futuro da Europa no seu conjunto. Uma política de ameaças, de ultimato, de obstinação e de chantagem significa, aos olhos de todos, um fracasso moral, político e económico do projeto europeu”.

Em junho/2015, uma *Comissão Internacional de Auditoria* apresentou um Relatório ao Parlamento grego no qual defende que uma boa parte da dívida da Grécia

deve considerar-se dívida *ilegal, ilegítima e odiosa*. E tal caracterização significa, segundo o Direito Internacional, que o povo grego não é obrigado a pagar tal dívida.

A verdade é que uma parte dessa dívida vem ainda do tempo da ditadura militar. Outra parte foi constituída graças à generosidade de bancos alemães e franceses, sempre disponíveis para alimentar negócios chorudos que em nada beneficiaram o povo grego. Basta recordar os ‘negócios’ relacionados com os Jogos Olímpicos de Atenas (um empreendimento altamente reprodutivo para a economia grega e para o povo grego e que custou o dobro dos Jogos Olímpicos de Sidney), alegremente e levemente financiados pelos grandes bancos europeus (com os alemães à cabeça). É claro que coube a empresas alemãs a parte de leão dos ‘negócios’ envolvidos naqueles ‘Jogos’.

Já a Grécia respirava mal em virtude das dificuldades resultantes do peso da dívida e a Alemanha emprestava dinheiro ao governo grego com a condição de este não reduzir os programas de aquisição de navios de guerra e outro material bélico que a Alemanha queria vender. E a Alemanha vendeu ao governo grego, por muitos milhares de milhões de euros, cinco submarinos Type-214, ao mesmo tempo que a França lhe vendia (em 2009, em plena crise!) vinte helicópteros militares NH-90, e o RU vendia quatro navios de guerra *Super Vita*, somando mais uns milhares de milhões de euros. O respeitado Instituto sueco SIPRI apurou que a Grécia absorveu, entre 2007 e 2011, 13% das exportações alemãs e 10% das exportações francesas de material de guerra, apresentando-se como um dos maiores importadores mundiais de armamento. E o povo grego, vivendo acima das suas posses, desloca-se agora, de ilha em ilha, viajando em helicópteros, em fragatas ou em submarinos (de preferência estes, para encobrir os sinais exteriores de riqueza...). Se fossem devidamente contabilizados todos os malefícios do grande capital financeiro, dos políticos e das políticas ao seu serviço, o mundo perceberia melhor a origem dos males que nos afligem.

Uns anos atrás, durante mais de uma década, a Siemens conseguiu ganhar na Grécia, com base em subornos dos políticos gregos ‘amigos’ das empresas alemãs, contratos milionários, praticamente ‘encomendados’ pelo fornecedor e financiados com créditos concedidos por bancos alemães, que agora acusam os gregos preguiçosos de se terem endividado para viver acima das suas posses. O mínimo que se pode dizer é que não é justo obrigar o povo grego a pagar tal dívida.

Estes e outros ‘negócios’ contaram certamente com a assessoria do Goldman Sachs (sob a batuta de Mario Draghi, atual Presidente do BCE), com a ‘generosidade’ dos maiores bancos alemães e franceses (desejosos de não perder a oportunidade de

ganhar bom dinheiro, mesmo que tais empréstimos fossem concedidos muitas vezes sem ter em conta as regras mínimas da prudência bancária) e com a cumplicidade das autoridades da UE.

Hoje ninguém nega – porque é impossível negá-lo – que o dinheiro das ‘ajudas’ das *troikas* à Irlanda, a Portugal, à Espanha e à Grécia foi todo direitinho para os bancos. As economias destes países e os respetivos povos nem viram a cor de tal dinheiro. Phillipe Legrain (que foi conselheiro de Durão Barroso) tem vindo a público denunciar que o ‘auxílio’ da UE à Grécia (e aos demais ‘países devedores’) se destinou exclusivamente a salvar os grandes bancos alemães e franceses, fortemente expostos à dívida grega. E mostrou também que o ex-Diretor Geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn, deu igualmente o seu aval a vários empréstimos concedidos à Grécia quando o País já estava sobre-endividado, desrespeitando os estatutos do próprio FMI. Muito pode o capital financeiro!

Todos sabem (UE, BCE, FMI, até o Ministro Schäuble) que esta dívida grega (como a dívida contraída pelos governos portugueses) é impagável. Apesar disto, e por mais sensata que seja a ideia da renegociação e reestruturação da dívida, ela continua a ter a oposição radical dos santuários mais fundamentalistas do neoliberalismo e dos seus cruzados, que veem no velho dogma das *finanças sãs* a panaceia capaz de resolver todos os problemas.

A persistência nesta atitude absurda só poderá conduzir a uma situação em que estes países sejam empurrados para fora do euro, ainda que contra a sua vontade. A menos que estes países aceitem ser ‘escravos’, continuando a aplicar as *políticas de austeridade* que têm criado verdadeiras tragédias humanitárias sem terem resolvido nenhum dos problemas de equilíbrio financeiro que se propuseram resolver.

Acreditam Os *fanáticos da austeridade* (exigida para garantir a estabilidade dos preços e o equilíbrio orçamental) que só ela pode gerar *confiança* (dos ‘mercados’ e dos investidores) e que só a *confiança* pode criar emprego. O problema é que a confiança está a fazer-se rogada, exigindo cada vez mais sacrifícios aos trabalhadores. A recessão acentua-se e prolonga-se e o desemprego aumenta... É o resultado conhecido das velhas receitas liberais, pré-keynesianas, que, até ao início da década de 1970, se julgavam mortas e enterradas. Em nome da ortodoxia neoliberal, em vez de se combater o desemprego, atacam-se os desempregados, como se fossem criminosos, e “conduzem-se países à falência para evitar a falência de bancos.” (Manuel Castells)

Tudo em nome do *império das regras* (das *regras alemãs*, das *regras do império*), que vêm impondo as *políticas de austeridade*, não para resolver os problemas do déficit e da dívida (que se têm agravado!), mas ‘escravizar’ os *devedores*, transformando os estados do sul em *colónias da Europa alemã*, com *economias escravas*. É isto que está em causa. O resto é pura encenação.

Contra este projeto colonialista e escravagista, é imperioso, a meu ver, desmontar o ‘argumento’ de que a zona euro tem *regras* e de que todos têm de as aceitar e de as cumprir ‘religiosamente’.

Os *aplicadores das regras* (que muitas vezes são aqueles que as definem) vêm-se comportando como verdadeiros administradores coloniais e têm provocado danos gravíssimos à vida democrática, à economia, à soberania e à dignidade dos povos submetidos ao *império das regras* (a *ditadura do grande capital financeiro*). Exercendo o poder sem qualquer controlo democrático (como é próprio do poder imperial), os *aplicadores de regras* julgam-se por certo politicamente irresponsáveis, porque se limitam a cumprir regras e cumprir regras não é fazer política.

Pois bem. É preciso dizer a esses ‘irresponsáveis’ que essas *regras* foram impostas por uns para subjugar outros e – como sempre fizeram os colonialistas – sem nunca perguntar aos povos ‘colonizados’ se estavam de acordo com elas. É preciso recordar-lhes que essas regras são concebidas sempre em função dos interesses do capital financeiro contra os interesses e os direitos dos povos.

E, sobretudo, é preciso dizer-lhes que, se essas *regras* empobrecem, humilham, colonizam e escravizam alguns povos (elas *pecam contra a dignidade dos povos* – J.-C. Juncker *dixit*), estes não têm que as aceitar, assim como os presos nos campos de concentração não têm de aceitar as *regras do campo*, impostas pelos opressores.

Como todos os povos colonizados, os países condenados à *escravidão por dívidas* têm o direito e o dever de lutar contra as *regras* impostas pelos colonizadores, que atentam contra a sua dignidade. É um direito reconhecido pela Carta das Nações Unidas. Os democratas só podem estar ao lado dos povos que lutam contra essas *regras* e essas *políticas de austeridade*, tal como estiveram contra o *colonialismo* e contra o *apartheid* (um *crime contra a Humanidade*), porque ninguém tem o direito de ofender a dignidade de povos inteiros e de os condenar ao estatuto de *colónias*, com *economias escravas*.

7. – Logo que começou a ficar claro que as eleições legislativas de 21.1.2015 seriam ganhas por um partido que lutava contra as políticas de austeridade que provocaram na Grécia uma tragédia humanitária, a intervenção externa e as ameaças ao povo grego por parte de altos dignitários da UE e dos ‘países dominantes’ tornaram-se mais evidentes.

Três dias antes do ato eleitoral, foi a vez de Mario Draghi, intervindo na qualidade de Presidente do BCE, avisar que o programa de *Quantitative Easing* só seria aplicado à Grécia mediante certas condições. Os gregos compreenderam: se não comerem a sopa toda que Bruxelas vos põe no prato, terão o caldo entornado... Mas não votaram em quem os ameaçava.

Dois dias depois das eleições, o Presidente do *Eurogrupo* afirmou, segundo os jornais (27.1.2015), que “os gregos têm de compreender que os problemas fundamentais da sua economia não desapareceram só porque houve uma eleição”. Traduzindo: não adianta terem feito, nas eleições, uma escolha diferente da que nós queríamos, porque nós vamos boicotar a vossa escolha.

Neste mesmo dia, a Agência Moody’s proclamou, do seu trono imperial, que a vitória do Syriza “influiu negativamente nas perspectivas de crescimento”. Uma ‘sentença’ terrível para um povo que viu o PIB baixar cerca de 25% em resultado das políticas colonialistas impostas pela *troika*.

O social-democrata alemão, Martin Schultz, Presidente do Parlamento Europeu, não terá sido ‘politicamente correto’ quando disse que preferia um “governo de tecnocratas” ao governo que acabava de ser eleito pelo povo grego. Mas o menos disse o que pensava, para nós pesarmos bem a importância da democracia representativa para certos democratas. Pelos vistos, ele gostava mais de uma outra “junta civil” como a liderada pelo banqueiro Lucas Papademos (idêntica à que, na Itália, foi chefiada por outro banqueiro, Mario Monti), que ninguém elegeu, mas que sabia interpretar bem os interesses do grande capital financeiro. Mesmo os artistas mais consagrados deixam cair as máscaras...

E o *Financial Times* fez também o seu papel, ditando a sentença de morte do ‘criminoso’: “Este governo não pode sobreviver”.

Em 28.1.2015, um dos vice-presidentes da Comissão Europeia (J. Kartainen) disse, sem o mínimo de vergonha: “nós [a UE] não mudamos de política em função de eleições”. Ficamos sem saber para que servem as eleições. Se as proibissem, sempre se poupava algum dinheirito...

Já liberto das responsabilidades de Ministro das Finanças, Yanis Varoufakis diz que encontrou, nos meios da Eurozona, uma “completa falta de escrúpulos democráticos por parte dos supostos defensores da democracia europeia”. E refere que, em uma reunião do Eurogrupo, o Ministro das Finanças alemão (que ele considera o *maestro* da “orquestra muito bem afinada” que é o Eurogrupo) lhe disse sem cerimónia, mostrando bem a sua cultura democrática: “não podemos permitir de maneira nenhuma que umas eleições mudem seja o que for.” Varoufakis, segundo o seu próprio relato, ter-lhe-á respondido que, sendo assim, deveriam ser honestos dizendo isso mesmo aos concidadãos da Europa. E acrescentou que, coerentemente, deveriam alterar-se os Tratados europeus para inserir neles uma cláusula que suspenda o processo democrático, incluindo a realização de eleições, nos estados-membros da zona euro sujeitos a programas de assistência financeira. A resposta – diz Varoufakis (entrevista à revista *New Statesman*, em *Diário de Notícias*, 16.7.2015) – foi o silêncio geral. Não há dúvida de que certos silêncios dizem tudo sobre a *democracia do capital*: são muito reveladores e muito comprometedores...

Na primeira ronda de negociações, os jornais anunciaram que o Presidente da Comissão Europeia e o Comissário Moscovici tinham chegado a um acordo com o governo grego. Só que, na reunião do *Eurogrupo* que deveria ratificá-lo, o respetivo presidente, verdadeiro moço de recados de Schäuble e Merkl, começou a reunião afirmando que aquele acordo não servia para base das negociações, apresentando uma alternativa ‘em alemão’.

Em 16.2.2015, os ministros das finanças da zona euro, num gesto ternurento de ‘solidariedade europeia’, avisaram o novo governo grego de que não contasse com o dinheiro da ‘metrópole’ se recusasse continuar as *políticas de austeridade*. Com esta *declaração de guerra*, começava o processo de ‘negociações’, com os *credores* a deixar claro que queriam ser eles a governar o País, sobrepondo-se ao direito do povo soberano a decidir livremente sobre o seu destino coletivo.⁵

⁵ Num depoimento publicado em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), agosto/2015, Varoufakis vem dizer publicamente que, pouco depois da sua tomada de posse como Ministro das Finanças da Grécia, o Presidente do *Eurogrupo*, Jeroen Dijsselbloem, o visitou em Atenas para o avisar de que o Governo do Syriza tinha de continuar a cumprir o *Memorando* imposto ao governo anterior de conservadores e socialistas (e as *políticas de austeridade* dele resultantes, que estavam a deixar a Grécia exangue) ou seria o fracasso, i.é, a Grécia – impossibilitada de se financiar junto dos ‘mercados’ – ficaria sem financiamentos do BCE, o que implicaria o encerramento dos bancos. Como é sabido, foi isto mesmo que veio a acontecer, após várias ameaças neste sentido feitas em reuniões do *Eurogrupo*, ameaças que estimularam, como é óbvio e talvez fosse desejado pelos ‘parceiros’ da Grécia, a *fuga de capitais*.

E o *New York Times* tirava de imediato a conclusão: “os mercados financeiros pensam que a Grécia não tem qualquer outra escolha que não seja abandonar o euro”.

As ‘autoridades’ europeias não permitiram que o governo grego utilizasse cerca de 1.100 milhões de euros de ‘ajudas’ anteriores destinados a capitalizar a banca e que não chegaram a ser gastos nesse objetivo beneficente. E o BCE anunciou, contrariando compromissos assumidos anteriormente, que não devolveria à Grécia cerca de 1.800 milhões de euros por conta dos lucros que obteve com operações sobre a dívida grega.

Entretanto, beneficiando do sacrossanto *princípio da livre circulação de capitais*, os grandes empresários e os gregos muito ricos fizeram sair do País, durante os anos da ‘crise’, mais de cem mil milhões de euros. Quem o disse foi o Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schultz (jornais de 10.6.2015). Talvez tenham procurado na Alemanha um ‘porto seguro’, ajudando a Sr^a Merkl a recorrer menos à emissão de dívida pública e a poupar milhares de milhões de euros (segundo cálculos do *Bundesbank*, a Alemanha poupou, por esta via, 120 mil milhões de euros entre 2007 e 2014).

Perante este relato, não pode fugir-se à sensação de que estamos perante uma ‘associação criminosa’ em que cada membro do *gang* faz a parte que lhe cabe do plano global traçado para aniquilar o inimigo a abater. Subscrevo esta conclusão de Wolfgang Streeck: “a integração europeia transformou-se numa catástrofe política e económica”.

8. - Sucessivas reuniões *decisivas para o futuro da Grécia* iam tornando claro que não havia *negociações* nenhuma, apenas ‘combates’ em que os *credores* procuravam impor à Grécia *devedora* mais medidas de austeridade, batendo sempre a tecla da necessidade de cumprir as *regras*, ainda que estas tenham sido já classificadas de “estúpidas” e “medievais” por um Presidente da Comissão Europeia em exercício de funções.

Os ‘responsáveis’ europeus deram, durante esses longos dias, um triste espetáculo de mediocridade, de hipocrisia e de falta de cultura democrática. Em condições de democracia, *a política* e *os políticos* servem para construir soluções para os problemas que afligem os povos (é isto a democracia: *governo para o povo*), ainda que para tanto tenham de *meter as regras na gaveta*. Porque *cumprir regras* é tarefa de burocratas, não de políticos.

Sabe-se que o Governo grego propôs medidas de combate à corrupção e à evasão e fraude fiscais, bem como o aumento dos impostos sobre o rendimento dos mais ricos, sobre os lucros das grandes empresas e sobre os produtos de luxo.

É certo que rejeitou as propostas absurdas (provocatórias) dos *credores* de alcançar um saldo primário positivo de 3% do PIB em 2015 e 4,5% em 2016, mas aceitou trabalhar para um saldo positivo de 0,6% do PIB em 2015, 1,5% em 2016, 2,5% em 2017 e 3,5% nos cinco anos seguintes. Em consequência, teve de aceitar também o aumento do IVA sobre os medicamentos para 6,5% e do IVA sobre produtos alimentares básicos, água e eletricidade para 11% (os credores queriam impor taxas mais elevadas para quase todos os bens e obrigar o Governo a acabar com os descontos fiscais para as ilhas gregas).

O Governo de Atenas aceitou igualmente um programa de privatizações que renderia 3,2 mil milhões de euros em 2015/2016, mil milhões de euros em 2017-2019 e 10,8 mil milhões de euros no período posterior a 2020. Mas propôs que se constituísse, com essas receitas, uma provisão para garantir os direitos dos trabalhadores das empresas privatizadas e para investimento e que o restante fosse canalizado para financiar a Segurança Social e um banco de investimento que o Governo pretendia criar.

Tsipras aceitou aumentar progressivamente a idade de reforma e diminuir gradualmente as reformas antecipadas aos 62 anos. E admitiu adiar para depois de 2016 a reposição do salário mínimo ao nível de 2010, mas propôs igualmente a adoção de medidas de combate ao ‘trabalho negro’ e à fuga aos descontos para a Segurança Social.

Perante estas cedências relativamente ao seu programa eleitoral (o chamado *Programa de Salónica*), o Governo do Syriza acreditou (por ingenuidade ou porque queria creditar) que os *credores* iriam aceitar algumas medidas de alívio no que toca ao montante dos juros a pagar em 2015/2016 e proporcionariam à Grécia um programa de financiamento de medidas destinadas a promover o crescimento económico do país no período 2016-2021.

9. – Está visto que, quando se trata de negócios, a ‘fé’ não ajuda muito... Sobretudo nesta ‘Europa’ reduzida a um ringue de luta livre ente *devedores* e *credores*, com estes a recorrer a toda a espécie de *golpes baixos*. Neste contexto, apesar destas cedências do Governo grego, os representantes dos *credores* iam fazendo proclamações verdadeiramente insultuosas para os governantes gregos e para o povo da Grécia. O Governo da Grécia e o seu Primeiro-Ministro (que apresentou um programa social-

democrata moderado, cometendo talvez o ‘crime’ de ressuscitar’ Keynes e as políticas keynesianas) eram rotulados de *radicais*.⁶

O ministro Schäuble classificou o Ministro das Finanças grego de “estupidamente ingênuo”.

A Diretora-Geral do FMI disse um dia que era preciso continuar a dialogar, mas que o diálogo só valia a pena “com adultos na sala”. Incrível a falta de educação desta senhora. Não é admissível que um funcionário internacional chame garoto ao Primeiro-Ministro de um estado-membro da Organização em que trabalha. O ordenado principesco que auferir justifica que se espere dela, pelo menos, que seja bem educada, uma vez que a competência dela e do FMI andam pelas ruas da amargura, depois dos erros crassos que cometeu e reconheceu (mas não emendou), das previsões erráticas e erradas que vem fazendo e das políticas que vem defendendo (umas vezes num sentido, outras vezes em sentido contrário).

Do que transpirava dessas reuniões ia resultando também que continuava a discutir-se a partir do pressuposto de que o chamado *problema da dívida da Grécia* é

⁶ Quem ler o *Programa de Salónica* (o programa eleitoral do Syriza) não pode deixar de concluir que ele não vai além do que, segundo os critérios de há um quarto de século, seria considerado um programa social-democrata moderado.

Quanto a Yanis Varoufakis, ele tornou-se, rapidamente, o alvo mais apetezido das críticas da eurocracia e dos *comentadores orgânicos*, talvez porque, pouco depois de ter tomado posse, ele próprio se rotulou de *marxista heterodoxo*. Talvez porque a sua atuação e as suas frequentes declarações públicas dão dele a imagem de um indivíduo algo exibicionista, desejoso de projeção mediática, imprevisível, por vezes desconcertante, o que o torna um bom objeto de notícia. Mas ele é também um provocador incómodo dos políticos ‘oficiais’ e um iconoclasta relativamente a certos comportamentos sociais e políticos. Já o vi comparar aos ‘traidores’ Julien Assange (fundador do *WikiLeaks*, que divulgou milhares de documentos secretos dos EUA) e Edward Snowden (o quadro dos serviços secretos dos EUA que divulgou os programas de espionagem à escala mundial do *Big Brother* americano), porque, como eles, Varoufakis transgrediu as regras do silêncio e do segredo vigentes nos meios da política e da finança (o que é praticamente a mesma coisa), em homenagem a valores e a interesses que os *burocratas aplicadores de regras* querem matar e anular.

No plano da ação política, sabe-se que, antes de se aproximar de Tsipras e do Syriza, Varoufakis foi assessor do Primeiro-Ministro George Papandreou. Segundo li há tempos, a sua preocupação (ou o seu objetivo) fundamental é *salvar o capitalismo de si próprio*, uma preocupação tipicamente keynesiana. Ainda há pouco (agosto/2015) Varoufakis ‘chorou’, num depoimento publicado em *Le Monde Diplomatique*, o fim da “Europa que, desde a adolescência, sempre considerei [ele, Varoufakis] como uma bússola”. Li algures que uma outra preocupação de Varoufakis é a de salvar a UE dos ‘abusos da Alemanha’, por entender – presume-se – que, sem estes ‘abusos’, a sua “bússola” seria infalível. Quem pensa assim não pode considerar-se um *perigoso esquerdista*.

Pelo que conheço dele, creio que Yanis Varoufakis é um neo-keynesiano, à maneira de Paul Krugman, Joseph Stiglitz e James Galbraith, o que já é ser muito de esquerda, num tempo em que os sociais-democratas europeus são cúmplices dos neoliberais na *morte de Keynes* e na salga da sua sepultura, para que não volte a nascer. E a entrevista ao *New Statesman* é um documento interessante que ajuda a compreender o que passou a seguir ao referendo de 5.7.2015, uma história de que creio sabemos ainda muito pouco.

um *problema dos gregos*, que têm de aceitar todas as ‘penas’ impostas pelos *credores* (creio que só o Primeiro-Ministro grego insistia em continuar a falar de *parceiros...*).

Em entrevista ao *New Statesman* (julho/2015), Yanis Varoufakis diz-nos que, no seio do Governo, defendeu que, quando os credores obrigassem as autoridades gregas a fechar os bancos (o que significava, a seu ver, o propósito dos *credores* de “arrastar a Grécia para um acordo humilhante”), o Governo, embora não devesse ativar um processo de saída imediata do euro, deveria “responder de forma enérgica”, dinamizando o processo de abandono do euro, “mas sem passar para lá do ponto de não retorno”. A proposta do então Ministro das Finanças não era, pois, a de “ir diretamente para uma nova moeda”, antes passava pela adoção de três medidas: **1)** “emitir os nossos próprios títulos ou, pelo menos, anunciar que iríamos emitir a nossa própria liquidez denominada em euros”; **2)** “cancelar os títulos gregos de 2012 detidos pelo BCE ou anunciar que o iríamos fazer”; **3)** “assumir o controlo do Banco da Grécia”.

Segundo ele, o governo do Syriza sempre entendeu que o momento de fechar os bancos nunca chegaria, porque os *credores* não fariam tal coisa, e não aprovou esta estratégia, tendo impedido que tivessem sido tomadas, em devido tempo, as medidas necessárias para preparar o povo para a saída do euro. Esta revelação do ex-ministro das finanças do Governo do Syriza confirma as notícias já antes vindas a público, segundo as quais o Governo grego tinha ido para as negociações com os *credores* (fev/2015) sem ter um plano B (um plano de saída do euro), com base na ideia de que, na sua grande maioria, os gregos queriam permanecer no euro e com base na tese da direção do Syriza de que, no quadro da UEM, era possível encontrar uma solução que servisse os interesses do povo grego, fazendo da UEM uma estrutura ao serviço dos trabalhadores e transformando o *euro alemão* numa espécie de ‘euro bom’, potenciador da libertação dos povos ‘colonizados’ pelo *euro alemão*.

Posso compreender aquela ideia, porque, segundo as sondagens, as reportagens e os comentários que tenho visto e lido, os gregos dão muita importância ao facto de terem a mesma moeda de outros (grandes) países da Europa. Há quem veja nesta ligação afetiva ao euro por parte do povo grego o reflexo do sentimento de que a entrada no euro significou, para este povo tão martirizado (que foi berço da civilização europeia), o regresso definitivo à Europa (à sua *casa europeia*), depois da dureza da ocupação otomana e da quebra de identidade que ela terá significado.

Mas, politicamente, creio que o Syriza falhou, porque, sabendo que cerca de 80% dos gregos defendem a manutenção do seu País na zona euro, não disse aos seus

eleitores que os credores poderiam forçar a Grécia a sair do euro, e muito menos explicou ao povo grego que a saída do euro poderia ser uma condição indispensável para libertar o País do garrote das austeridade, da ‘colonização’ e da perda da soberania e da dignidade nacional.

E não posso acompanhar o pressuposto de que é possível permanecer no euro e, ao mesmo tempo, pôr termo às *políticas de austeridade* e ao *retrocesso civilizacional* que elas representam. Esta foi, de resto, logo em fev/2015, a opinião de alguns dirigentes do Syriza (Stathis Korvalakis, por ex.), que criticaram a recusa de Tsipras em assumir de imediato a necessidade de romper com o euro. E o velho resistente à ocupação nazi, Manolis Glezos (deputado eleito pelo Syriza), veio a público pedir perdão ao povo grego por ter contribuído para alimentar a ilusão de que era possível permanecer na zona euro e romper com a austeridade.

E porque assim penso, não me surpreende o resultado negativo e muito desgastante daquela ronda de negociações para o Governo do Syriza, que caiu na armadilha que ele próprio ajudou a preparar. Deixando claro que não tinha um plano alternativo (a possibilidade de utilizar a saída do euro como arma negocial), e proclamando que o seu objetivo prioritário era o de manter a Grécia na zona euro, o Governo grego só podia esperar uma pesada derrota no combate que ia travar com os ‘credores inimigos’, mais experientes e mais fortes (até porque sabiam muito bem que o governo grego precisava de financiamento e que o sistema bancário grego precisava de liquidez), e peritos no manejo da arma do *medo*, ameaçando expulsar a Grécia do ‘paraíso eurista’.

De todo o modo, a estratégia de tentar mudar as regras de funcionamento da zona euro para, dentro dela, transformar a economia e a sociedade gregas, ficou esvaziada após as ‘negociações’ falhadas de fev/2015. Porque a ‘Europa’ é o que é: uma construção imperialista hoje inteiramente dominada pelo grande capital financeiro. E esta ‘Europa’ não muda. E muito menos muda a sua natureza. Porque isso não está na sua natureza.

10. – Os episódios dramáticos do combate que se desenrolou (quase transmitido em direto pelas televisões) entre as “instituições” representantes dos *credores* e o governo grego (*devedor*) deixaram claro, a meu ver, que, como já vi escrito, “a Europa não tem um problema grego, tem um problema alemão”, um problema que se traduz no regresso da irracionalidade, da arrogância, da embriaguez do poder por parte da elite

dirigente da Alemanha, que se vangloria de que “agora na Europa fala-se alemão” e que parece continuar a contar com um povo fiel e obediente aos desígnios dos chefes. Um problema que reside no regresso da *Alemanha alemã* a uma *Europa alemã*. A *Alemanha alemã* reconstituiu o seu *espaço vital* (o famoso *lebensraum* da literatura nazi) no centro e no leste da Europa e vai ‘colonizando’ os *povos do sul*, todos a trabalhar para a Alemanha. E a *Europa do euro* transformou-se numa espécie de *Europa de Vichy*, capitulacionista e colaboracionista, fazendo exatamente o contrário do que pedia Thomas Mann em 1953: uma *Alemanha europeia* numa *Europa europeia*, não uma *Europa alemã* comandada por uma *Alemanha alemã*.

Entretanto, com os fumos saídos dessas reuniões vinham ciscos incandescentes e incendiários, acenando com a possibilidade de a Grécia ter de sair da zona euro, uma arma utilizada a preceito porque os *credores* conheciam as sondagens indicativas de que a maioria dos gregos é favorável à permanência da Grécia no euro, sendo que esta é também a posição oficial do Governo do Syriza. Ameaçar com a ‘expulsão’ da Grécia do clube do euro era, pois, uma maneira de semear junto dos gregos o *medo* de serem expulsos de casa (da ‘Europa’), remetidos de novo, talvez, para as garras do império otomano...

Esta música ia permanecendo em antena por inspiração de Schäuble, que contou, como sempre, com alguns ajudantes. O Ministro das Finanças da Áustria proclamou aos quatro ventos (3.7.2015) que “o problema da saída da Grécia do euro resolve-se facilmente”. Mais brilhante foi Cavaco Silva, que veio explicar ao mundo que a zona euro tem 19 membros, pelo que, se sair um, ainda ficam 18. Lindo menino! Mostrou que sabe fazer uma conta de diminuir que se aprende na 1ª classe. Mas mostrou também que não percebe nada do que é a UEM, nem percebe o que significa o euro, nem percebe nada da Europa, e mostrou ainda que é completamente ignorante no domínio da História e da política. Uma vergonha.

Apesar destas ‘lições’, muita gente se foi apercebendo de que a saída da Grécia da zona euro punha a ‘Europa’ a navegar por *mares nunca dantes navegados*. E o medo do Adamastor ressurgiu: poderia ficar em causa o futuro do euro e o futuro da Europa.

Pouco antes de Cavaco Silva falar, o Presidente em exercício do Conselho Europeu declarava: “não tenho dúvidas de que este é o momento mais crítico da história da Europa e da zona euro”.

Por essa altura, foi também a vez de a Srª Merkel vir a público, assustada: “Se perdermos a capacidade de encontrar compromissos, então a Europa está perdida”; “se o

euro falha, a Europa falha” [as aparentes divergências entre Merkel e o seu Ministro das Finanças talvez traduzam apenas um acordo entre eles (expresso ou tácito) no sentido de um fazer o papel de *polícia bom*, encarregando-se o outro (Schäuble, neste caso) do papel de *polícia mau*].

Mas falta classe e clarividência a estes ‘chefeinhos’ da ‘Europa’: não têm qualquer visão política do que seja a Europa e não fazem a mínima ideia do que querem fazer com a Europa. A ‘Europa’ está à deriva.

11. – O Ministro das Finanças da Grécia (Yanis Varoufakis) confessou que em 25 de junho o governo grego tinha “cedido em nove décimos das exigências dos seus interlocutores (...), quase só com uma exceção: uma ligeira reestruturação da dívida, sem cortes nos montantes, através da troca de títulos”. Nem assim o Governo grego conseguiu o mínimo dos mínimos que estava disposto a aceitar: “qualquer coisa que se parecesse com um acordo honroso”. “Com a esperança de que um dia eles aceitassem negociar e encontrar-nos a meio caminho – confessa Varoufakis –, nós aceitámos continuar a participar nesta mascarada”. O problema é que os *credores* “tinham apenas um objetivo: humilhar o nosso governo e forçar-nos a capitular [“uma capitulação espetacular, que mostrasse aos olhos do mundo que nos tínhamos ajoelhado”], mesmo que isso significasse a impossibilidade definitiva de os países credores recuperarem o investimento feito ou o fracasso do programa de reforma que só nós podíamos convencer os gregos a aceitar”.

Perante esta leitura do processo de falsas negociações e em desespero de causa (vendo que os socialistas europeus lhe negavam o apoio que talvez esperasse, dada a moderação das suas propostas), o Primeiro-Ministro grego anunciou, em 27 de junho/2015, a realização de um referendo, marcado para 5 de julho de 2015, para que o povo se pronunciasse (SIM ou NÃO) sobre o *programa de austeridade* que os *credores* lhe queriam impor.

Tsipras justificou a sua decisão como uma reação às propostas do *Eurogrupo*, que considerou um “ultimato dirigido contra a democracia grega”, destinado a “humilhar todo um povo”. Desta vez, os *credores* não conseguiram fazer a Tsipras o que fizeram em 2012 a George Papandreou: despedi-lo e pôr em seu lugar uma “junta civil” comandada por um banqueiro. Mas os dirigentes dos *países credores* e da UE ficaram furiosos. E não o esconderam.

Entretanto, em 30.6.2015, a Grécia falhou o pagamento de 1,6 mil milhões de euros ao FMI. Poucos dias antes do referendo, o BCE (desrespeitando claramente o seu mandato, que o obriga a garantir a estabilidade financeira na zona do euro) suspendeu a linha de assistência de emergência destinada a fornecer liquidez à banca (a chamada ELA – *Emergency Liquidity Assistance*). O Governo grego teve de fechar os bancos para evitar a corrida aos depósitos e impor o controlo de capitais (na tentativa de esgotar a fuga de capitais), fixando um limite de sessenta euros diários para levantamentos em caixas multibanco.

Como se diz atrás, o Ministro Varoufakis terá defendido, no seio do Governo, que, quando se chegasse a esta situação de os credores obrigarem as autoridades gregas a fechar os bancos, o Governo deveria reagir pondo em marcha o processo de abandono do euro por parte da Grécia. Na interessante entrevista que concedeu à *New Stateman*, sublinha a importância de saber “lidar corretamente com um *Grexit*”, reconhecendo que “a gestão do colapso de uma união monetária exige uma grande perícia” e admitindo não ter a certeza de que a Grécia tenha essa capacidade “sem a ajuda de pessoas de fora”. De todo o modo, revela ter criado no Ministério das Finanças um pequeno grupo que estava a estudar a problemática envolvida numa eventual saída do euro. Sublinha, porém, que “uma coisa é fazer isso a nível de quatro ou cinco pessoas e outra bem diferente é preparar o país para uma situação dessas.” Tem razão Varoufakis: “para preparar o país tem de ser tomada uma decisão ao nível do Governo, e essa decisão nunca foi tomada”.

12. – Com a campanha para o referendo a decorrer, vários responsáveis da UE e algumas “instituições” intensificaram a *sementeira do medo*, acenando com o papão da saída do euro e com o inferno que se seguiria. Mais um episódio da costumada ingerência da eurocracia e dos governantes de vários estados-membros da UE nos assuntos internos de outros estados. Mesmo os socialistas com responsabilidades de governo alinharam nesta ‘guerra’, à semelhança dos que, ao votarem no *Bundestag* os créditos da guerra, no dia 4 de agosto de 1914, abriram caminho à 1ª Guerra Mundial.

Em junho/2015 (ainda antes da convocação do referendo na Grécia), Olivier Blanchard, que é o economista-chefe do FMI, fez este comentário pensando ainda nas eleições em que o povo grego tinha dado a vitória a um partido que pediu um mandato para pôr termo às políticas de austeridade: “pelo jogo democrático, os cidadãos gregos disseram que não queriam certas reformas. Mas nós acreditamos que estas reformas são

necessárias”. E pronto. Os tecnocratas é que sabem. O povo é ignorante. Para bem do povo, quem manda são os tecnocratas. É esta a ‘filosofia’ inspiradora de todos os ditadores.

Em 3.7.2015, o Presidente da Comissão Europeia foi claro: “a vitória do NÃO deixará a Grécia dramaticamente enfraquecida”. Jean-Claude Juncker é muito claro: “não pode haver escolhas democráticas contra os Tratados europeus”. Isto quer dizer que pertencer à UE significa, para os povos que nela se integram, a *perda da soberania*, porque a soberania deixa de residir no *povo soberano* para residir nos Tratados estruturantes da UE. Perante as *regras* impostas por estes Tratados, o povo soberano não pode fazer escolhas democráticas: a UE e a UEM estão a submeter toda a ‘Europa’ a um verdadeiro *estado de exceção*, decretado por um ‘soberano’ que não é, neste caso, o povo soberano, mas o grande capital financeiro. É o *totalitarismo das regras* impostas pelo grande capital financeiro! É a *ditadura do grande capital financeiro*!

E o Presidente do Parlamento Europeu, o social-democrata alemão Martin Schultz (que gosta de se fazer passar por *homem de esquerda*), não poupou no ‘chumbo’ sobre o povo grego, avisando que o voto NÃO significaria o *fim imediato do financiamento europeu*, pelo que a Grécia ficaria “sem dinheiro, os salários não poderiam ser pagos, o sistema de saúde deixaria de funcionar, o fornecimento de eletricidade e o sistema de transportes públicos ficaria paralisado”. A fúria dos ‘deuses’ abate-se, impiedosa, sobre os ‘pecadores’!

Segundo a comunicação social, o Primeiro-Ministro grego, assustado, terá chegado a propor inverter a sua posição e apelar ao voto no SIM se houvesse algumas cedências da parte dos *credores*. Mas estes não aceitaram este ‘sacrifício’ de Alexis Tsipras.

Reagindo ao fogo inimigo, o Ministro das Finanças da Grécia deixou cair o verniz diplomático e disse uma verdade do tamanho do mundo: “o que estão a fazer à Grécia tem um nome: terrorismo”.

Contra a corrente, surgiam também vários apoios ao povo grego, pouco divulgados nos *media*, porque não encaixavam nos critérios jornalísticos da imprensa livre. Um deles foi o do Prémio Nobel Joseph Stiglitz (29.6.2015), segundo o qual o voto NÃO “deixaria pelo menos aberta a possibilidade de a Grécia agarrar o seu destino com as suas próprias mãos”.

13. - O referendo realizou-se sem problemas (quem diria que um estado ineficiente seria capaz de organizar um referendo com esta importância e com esta envergadura em tão poucos dias?). Apesar dos bancos fechados, da falta de dinheiro e da campanha de terror, as *políticas de austeridade* receberam um rotundo NÃO de 67% dos gregos (os que anularam os votos porque queriam ir mais longe também recusaram estas políticas).

Conhecido o resultado do referendo, o vice-chanceler alemão (Presidente do SPD) fez a declaração de guerra (5.7.2015): “destruíram a última ponte sobre a qual um compromisso poderia ter sido alcançado”. Para bom entendedor, o recado estava dado: agora é a guerra total e só aceitaremos uma *rendição incondicional*, caso contrário são ‘chutados’ para fora do euro.

O Presidente do *Eurogrupo* (social-democrata holandês) tocou a mesa música: “este resultado é muito lamentável para o futuro da Grécia”.

O BCE (ao qual cabe – recorde de novo – a responsabilidade de manter a estabilidade do sistema financeiro no seio do *Eurosistema*) recusou um pedido do Banco Central da Grécia para aumentar o montante da linha de emergência ELA, mantendo o limite fixado em 26.6.2015, mas exigindo garantias mais fortes para conceber o mesmo montante de liquidez. É claro que foi necessário continuar com os bancos fechados, com graves prejuízos para as famílias e para as empresas (a economia).

Foi comovente assistir à vitória da coragem sobre o medo, da resistência sobre o colaboracionismo, da dignidade sobre o servilismo, dos homens sobre os ‘carneiros’, da cidadania sobre o terrorismo, da política sobre as ‘regras’, da democracia sobre o “fascismo de mercado”, da paz sobre a guerra, da verdade sobre a manipulação dela pela ‘comunicação social dominante’.

No entanto, ao admitir que é possível manter-se na Eurozona e, simultaneamente, libertar-se do garrote das *políticas de austeridade* e das ofensas à sua dignidade que elas implicam, o povo grego colocou a si próprio um problema tão impossível de resolver como a *quadratura do círculo*, uma equação que o fragiliza na ‘guerra’ que os *credores*, vorazes e insaciáveis, vêm travando contra ele, manejando com mestria a arma do medo, ao ameaçar com a ‘expulsão’ da Grécia da zona euro (o famoso *Grexist*), como se tal significasse a *expulsão do paraíso*.

Um dito popular português ensina que *não se podem pedir peras ao olmo*. O povo grego deve dizer isto mesmo, desta ou de outra maneira. Quer dizer: nem o povo

português, nem o povo grego, nem os povos da Europa podem pedir a esta ‘Europa’ desenvolvimento económico, justiça social, solidariedade, soberania, democracia. Porque isto não está na natureza desta *Europa do euro*, que não é a *Europa dos povos* de que em tempos falava a propaganda europeísta, mas a *Europa do capital*, no seio da qual os estados nacionais, uma vez ‘roubada’ aos povos a sua soberania, não passam de simples aparelhos de repressão dos povos (através do Direito, do sistema judiciário, das forças armadas e das forças de polícia) ao serviço dos interesses dominantes. É o *estado de exceção* transformado em *estado regra*.

Recordo o que escreve o *Financial Times* (27.1.2015): “o reembolso da dívida [da dívida imputada à Grécia] implicaria que a Grécia se transformasse numa economia escrava”. É isto mesmo que pretendem os defensores das *políticas de austeridade* e os devotos das *regras alemãs* da UEM: ‘escravizar’ os *devedores* (os *povos do sul*) transformando em *colónias* da *Europa alemã* os *estados do sul*. É isto que está em causa. O resto é pura encenação. Como Paul Krugman explicita, a *austeridade* “exige *sacrifícios humanos* para apaziguar deuses invisíveis” (mas sobejamente conhecidos, digo eu).

Ignorando tudo isto, a direção do Syriza e o governo de Tsipras continuaram a defender que só a permanência no ‘*paraíso*’ do euro salvaguardaria o bem-estar e a dignidade do povo grego. Por isso proclamaram aos quatro ventos, para que os credores ouvissem (e eles ouviram!), que o seu objetivo prioritário (irrenunciável) era o de manter a Grécia na zona euro.

14. - Na minha maneira de ver, o Governo grego e o partido que o apoia cometeram o erro político de acreditarem numa ‘Europa’ que não existe. ‘Esqueceram’ que os valores da ‘Europa’ nunca foram e não são a solidariedade, a coesão social, a harmonização no sentido do progresso. ‘Esqueceram’ que a UEM é uma estrutura imperialista do grande capital financeiro, que se traduz, para os países mais débeis do euro, em empobrecimento, submissão e colonização. Cometeram o erro de não assumir que as *políticas de austeridade* são, em grande medida, filhas do euro e das *regras* da UEM, das malhas tecidas no *Tratado de Maastricht* e reforçadas com o *Tratado Orçamental*, o erro de não assumir que o *Tratado Orçamental* (verdadeiro “golpe de estado europeu”, como lhe chamou R.-M. Jennar) é um autêntico *pacto de subdesenvolvimento*, um *pacto colonial*.

Este erro político poderá ajudar a fazer alguma luz sobre o estranho episódio da convocação do referendo e da transformação do NÃO da resistência no SIM capitulacionista.

É legítimo perguntar: para que foi convocado o referendo?

Parece-me claro que esta decisão não se enquadra em nenhuma estratégia previamente definida de pôr cobro às políticas de austeridade. Perante o resultado do referendo, o ministro Varoufakis ainda acreditou que o “impulso incrível” dado pelo povo grego iria possibilitar a “resposta enérgica” por ele defendida, nos termos que ficam referidos atrás. Se a convocação do referendo estivesse integrada em alguma estratégia daquele tipo, o natural seria esta “resposta enérgica”.

Mas o que se passou foi exatamente o contrário, a capitulação perante os *credores* (o que levou Varoufakis a pedir imediatamente a demissão do cargo de Ministro das Finanças). Segundo informa Varoufakis (versão confirmada pelos relatos da comunicação social), “naquela mesma noite, o Governo decidiu que a vontade do povo grego – o retumbante NÃO – (...) deveria levar a grandes concessões à outra parte.” Com efeito, numa reunião do chamado conselho de líderes políticos (do Syriza e dos partidos conservadores e sociais-democratas na oposição), Alexis Tsipras assumiu o compromisso – logo tornado público – nos termos do qual, acontecesse o que acontecesse, fizesse a outra parte o que fizesse, o governo grego nunca responderia de uma forma que desafiasse os credores. “E isso, na prática – conclui Varoufakis, com inteira razão, a meu ver – significa curvarmo-nos. Deixamos de negociar”. O que é certo é que Alexis Tsipras e a maioria do Governo do Syriza mantiveram a prioridade concedida ao objetivo de permanecer no euro a qualquer preço e o Primeiro-Ministro reafirmou isso mesmo publicamente. Ou seja: *afirmou que estava disposto a render-se aos credores, abdicando de negociar*. E assim fez.

Lamento dizê-lo, mas não vejo outra leitura possível: a convocação do referendo foi um ato de instrumentalização do povo grego ao serviço de meros jogos de tática política (ou politiqueria). Acreditando que o SIM ganharia, Tsipras convocou o referendo para, com a vitória do SIM, ficar de mãos livres para anular a ala esquerda do Syriza, ao mesmo tempo que ganhava a legitimidade de invocar a vontade dos gregos para aceitar o *diktat* dos *credores*. A verdade é que, antes da realização do referendo, Varoufakis declarou que, em caso de vitória do SIM, se demitiria do cargo de Ministro das Finanças. Tsipras, por seu lado, garantia que (democraticamente...) respeitaria a vontade do povo grego, qualquer que ela fosse, aceitando, por isso, ser o *Primeiro-*

Ministro da austeridade, dispondo-se a rasgar assim (democraticamente...) o compromisso assumido nas eleições legislativas que o tinham conduzido ao cargo. Na minha modesta opinião, creio que, honradamente, Tsipras deveria ter anunciado que, em caso de vitória do SIM, se demitiria, como fez De Gaulle, no seu tempo.

Se acreditava na vitória do NÃO, fica difícil de entender o que relata Varoufakis, segundo os jornais: conhecido o resultado do referendo, o Ministro das Finanças encontrou o Primeiro-Ministro melancólico no seu gabinete. E fica difícil de entender que não tenha ao menos respeitado a lição de dignidade do povo grego, deitando para o lixo, através de uma votação no Parlamento, o voto do povo soberano no referendo de 5.7.2015.

O que sabemos é isto: Tsipras convocou o povo a pronunciar-se em referendo e fez campanha pelo NÃO. O povo grego, corajosamente, deu-lhe o apoio que pediu. Perante esta lição de dignidade, o Primeiro-Ministro grego fez aprovar no Parlamento, logo a seguir, um *programa de austeridade* ainda mais violento do que aquele que tinha sido rejeitado em referendo, programa que teve a oposição de dois dos ministros do seu Governo e de vários deputados do Syriza, mas que contou com os votos favoráveis dos partidos que há anos vêm explorando e ‘endividando’ o povo grego, que entregaram a Grécia à *troika*, que submeteram o povo grego às *políticas de austeridade* dos ‘programas de resgate’ (contra os quais o Syriza sempre tinha votado), e que votaram SIM no referendo. Não era de esperar que a direção do Syriza e o seu governo passassem também a ‘falar alemão’, juntando-se aos *credores* e ao grande capital financeiro, dispostos a continuar a ‘escravização’ do povo, ferindo a sua dignidade.

É caso para dizer: os deuses enlouqueceram. Alguém já viu as políticas de austeridade gerar crescimento económico? Mas então, se da austeridade só pode resultar recessão e desemprego, que sentido faz obrigar um país que já não pode pagar a sua dívida a acentuar a austeridade para conseguir que ele pague a dívida, que só poderia eventualmente ser paga se a economia crescesse significativamente? Os *deuses da austeridade* estão mesmo loucos. Ou talvez não: eles são, na verdade, *mercenários* ao serviço dos interesses e das políticas imperialistas, que visam *colonizar* os povos sujeitos à austeridade, impondo-lhes “economias escravas”.

15. - Com o voto do Parlamento na mala, o Primeiro-Ministro (que, horas depois do referendo, perdeu o seu Ministro das Finanças, que se tinha tornado incómodo para os *credores* e talvez também para ele próprio) partiu para Bruxelas, pensando que iria

jogar um jogo só para cumprir calendário, com a vitória assegurada, talvez sonhando com uma qualquer *austeridade de rosto humano*. Enganou-se redondamente, porque esqueceu que *Roma não paga a traidores*, e os ‘romanos-credores’ sentiram-se *traídos* (a palavra é de Jean-Claude Juncker) por Tsipras quando decidiu convocar o referendo e muito mais traídos se sentiram quando viram o resultado do referendo e perceberam que o povo grego não cedeu à chantagem nem ao medo, fazendo valer a sua dignidade, para além dos cálculos políticos.

O Primeiro-ministro grego partiu para a ‘guerra’ confiante na vitória (até porque as suas exigências eram mínimas e as cedências eram muitas e importantes, em confronto com o *Programa de Salónica* e o programa da coligação no Governo), mas sem se ter preparado para a ‘guerra’, porque não tinha estudado e estruturado um plano B para a hipótese (previsível, dado o currículo das *troikas*) de correrem mal as negociações com os *credores*.

Seguiram-se reuniões várias, de dia e de noite, numa verdadeira maratona, porque, afinal, os *credores* também tiveram medo de que a Grécia saísse do euro (poderia abrir-se uma fenda no dique que poderiam não conseguir tapar...) e também porque, do outro lado do Atlântico, Obama lhes fez ver a importância do que estava em causa, para além das contas de merceeiro, no plano da economia mundial e no plano geoestratégico global do imperialismo.

No meio disto tudo, custa a perceber que as questões em cima da mesa, tão importantes (*decisivas* é a palavra mágica...) à escala da Grécia, à escala da UE e da Europa, à escala da NATO e à escala mundial, tenham sido analisadas e decididas em reuniões do *Eurogrupo*, ao nível de ‘contabilistas’, confiadas a uma estrutura que não existe nos Tratados como instituição europeia, um órgão informal, mas que tem, afinal, sem qualquer apoio legal expresso, um papel decisivo na análise e na resolução do falsamente chamado *problema grego*, que é, sem sombra de dúvida, o mais grave problema político que a ‘Europa’ já enfrentou.

Todos sabemos que a CECA foi criada por razões políticas. Que a CEE foi criada por razões políticas. Que foram razões políticas que justificaram a entrada da Grécia na CEE (1981); que levaram à entrada de Portugal e da Espanha na CEE, estimulada e apoiada ‘carinhosamente’ pela ‘Europa’ (1986); que ditaram o alargamento aos países da Europa central e de leste (nomeadamente aos que tinham integrado a comunidade socialista europeia e que, historicamente, fazem parte do *espaço vital* da Alemanha); que conduziram à criação da UEM e do euro.

O que estão a fazer as *instituições políticas* da UE, o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e até o Conselho de Chefes de Estado e de Governo? Quem decide sobre os problemas políticos mais importantes da ‘Europa’ são os ministros das finanças? Os problemas em discussão não são problemas de contas e muito menos problemas de aplicação de regras. São *problemas políticos*, cuja solução exige uma discussão prévia no âmbito da macroeconomia. E nada disto se discute nas reuniões do Eurogrupo, onde se fala apenas de *regras*, as *regras alemãs* que é imperioso cumprir custe o que custar, como se elas fossem uma emanção dos deuses. E talvez o sejam para os *burocratas-aplicadores-de-regras*. Esta ‘Europa’ é uma vergonha para os europeus. Oxalá não venha a ser o coveiro da democracia e da paz na Europa, neste ano em que passam cem anos (bem medidos) sobre o início da 1ª Guerra Mundial (que começou nos Balcãs, lembram-se?) e setenta anos sobre o fim da 2ª Guerra Mundial.

16. – Em 12.7.2015 foi tornada pública a plataforma de entendimento que os *credores* impuseram à Grécia e da qual constam as exigências apontadas como a condição *sine qua non* para um eventual futuro terceiro resgate com base em empréstimos concedidos pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE). É um ultimato mais humilhante para o povo grego do que o *Tratado de Versalhes* para a Alemanha vencida na 1ª Guerra Mundial.

Esta operação ainda não recorreu ao “modelo chileno dos anos 1970” (cito de novo Wolfgang Streeck), talvez porque, como refere o sociólogo alemão, esta é *uma opção que não está ainda atualmente disponível*. A subjugação do ‘inimigo’ derrotado, espezinhando, como no Chile de Allende, a vontade democraticamente expressa pelo povo soberano, não recorreu, desta vez, aos tanques de um qualquer Pinochet. E não utilizou sequer os meios técnicos mais sofisticados que dispensam os tanques: os aviões, os *drones*, os bombardeamentos cirúrgicos (que só produzem *danos colaterais*). Mas é um golpe do mesmo tipo: um golpe contra a democracia e contra a soberania de um povo, impiedosamente sacrificado aos interesses do *império dos credores* (o capital financeiro que governa o mundo). A guerra está a regressar à Europa, mas os soldados invasores usam fardas e armamento muito diferentes dos utilizados anteriormente. Os ‘senhores da guerra’, porém, são praticamente os mesmos: os grandes bancos (o grande capital financeiro), que dispõem de um poderoso exército de *mercenários*, os eurocratas, os políticos de serviço, os jornalistas orgânicos, os comentadores a soldo, os senhores

engravatados das *troikas* (ou das *instituições*), que vasculham todas as instituições e ditam as leis dos países ‘ocupados’.

Tal como por ocasião do *Pacto de Munique*, em 1938, toda a ‘Europa democrática’ aceitou agora também a *vergonha* deste *diktat* humilhante imposto ao povo grego para satisfazer a voracidade insaciável dos *credores*. Dramaticamente, os dirigentes socialistas (na oposição ou no poder, como na Alemanha, na França e na Itália, alguns dos quais estão entre os que chamavam Tsipras de *radical irresponsável* e agora o apelidam de *realista corajoso*) proclamam aos quatro ventos, orgulhosos do seu feito, que, graças a eles, foi conseguido este ‘acordo’ (recusam ver nele um *ultimato humilhante*), que salvou a Grécia, o euro e a Europa. Não aprenderam nada com a História. E mentem despudoradamente: eles sabem que este *diktat* não salvou a Grécia de nada (nem do *Grexist*), nem salvou o euro, nem salvou a ‘Europa’. *Este diktat condenou o povo grego a décadas de trabalho escravo ao serviço dos senhores-credores.*

O FMI veio agora dizer (um dia destes dirá exatamente o contrário...) que, no caso da Grécia, a dívida é *altamente insustentável*, adiantando que, com as medidas propostas pelos *credores*, “a dívida pública grega permanecerá em níveis muito elevados ao longo de décadas e altamente vulnerável a choques”, admitindo que atinja um pico de 200% do PIB em 2018, prevendo que só lá para 2040 a dívida venha a situar-se à roda de 70% do PIB, e defendendo, por isso mesmo, a necessidade de uma *reestruturação da dívida bastante ampla* (perdão de 30% da dívida, concessão de um prazo de carência de trinta anos e prorrogação do prazo de vencimento da dívida por outros vinte anos).

Mas a verdade é que a Alemanha (e outros ‘alemães’ da *Europa do capital*) tentou impedir a publicação do Relatório em que o FMI defende este ponto de vista. Acabou por vir a público por pressão dos EUA (quem pode, manda...). E o ‘acordo’ imposto à Grécia ignora, olímpicamente (talvez em homenagem à Grécia...) tal questão. Limita-se a declarar que “existem graves preocupações quanto à sustentabilidade da dívida grega”, mas logo acrescenta que tal situação se deve ao “afrouxamento das políticas durante os últimos doze meses”. E continua: “o Eurogrupo mantém-se disposto a ponderar, se necessário, possíveis medidas adicionais (eventual alargamento dos períodos de carência e dos prazos de pagamento)”, mas adverte que “estas medidas ficarão dependentes da aplicação integral” do tratamento de choque austeritário imposto

pelos credores. E remata: “a Cimeira do Euro salienta que não podem ser efetuados cortes nominais da dívida”. Acabou a conversa.⁷

O medo do *Grexist* por parte dos *credores* e, muito provavelmente, a pressão da Administração americana, terão levado o FMI a declarar, em 14.7.2015, que “a dívida da Grécia só pode tornar-se sustentável através de medidas de alívio que vão muito além daquilo que a Europa está, até agora, disposta a conceder”.

Por outro lado, Mario Draghi vem revelando um discurso do BCE não inteiramente coincidente com o de Schäuble (que continua a defender em público a saída da Grécia da zona euro, pelo menos temporariamente), sustentando que a Grécia precisa *urgentemente* de um “alívio da dívida” (no âmbito do que permitem os Tratados da UE, claro...), recordando que o BCE tem “um mandato para cumprir” e que não deixará de o cumprir, e concluindo que “a Grécia é e continuará a ser um membro da zona euro”. Até parece que é o BCE que manda na *Europa alemã*...

A própria Comissão Europeia vem-se pronunciando no sentido de que a dívida grega só poderá tornar-se sustentável se beneficiar de “uma alteração de perfil muito substancial”, com maturidades mais longas para os empréstimos atuais e futuros, moratória no pagamento de juros e taxas de juro mais baixas (taxas AAA). Alguma coisa mexe...

Porque todos sabem, a começar pelos *credores*, que este ultimato não resolve nada, nem o problema da dívida, nem o problema da permanência da Grécia na zona euro. Bem prega a Comissão Europeia (e alguns ‘comentadores orgânicos’) que este

⁷ Mas todos sabemos que não há regra sem exceção. Veja-se o que se escreve no editorial do *Financial Times* de 11.6.2015: “Os credores da Ucrânia têm de partilhar a dor do país” e “têm de aceitar um perdão de dívida”, pelo que há já um “pacote de apoios internacional [aposto que a Alemanha de Schäuble é um dos apoiantes!] (...) que admite a reestruturação da dívida e cortará em 15,3 mil milhões de euros os juros a pagar nos próximos quatro anos”, para que a dívida seja gerível tendo em conta a produção do país. O mesmo editorial acrescenta que alguns credores privados “resistem a um perdão de dívida”, mas logo dá a sentença: “terão de ceder! Têm a obrigação moral de concordar com uma reestruturação que permita reduzir a dívida para níveis sustentáveis”. E defende o *Financial Times* “a utilização de mecanismos de indexação ao PIB”, porque esta é a solução “melhor para todas as partes”. E tira a seguinte moralidade: “em matéria de tal importância geopolítica, não se pode permitir que os interesses financeiros privados ditem as políticas públicas”.

Apoiado! Isto é que é *fazer política* em vez de *aplicar regras*! Os *inexistentes* do Eurogrupo deviam ler este editorial e meditar no que nele se diz. E os Chefes de Estado e de Governo deveriam fazer o mesmo esforço de leitura e meditação. Recomendo o mesmo exercício aos responsáveis do FMI. Recusaram ao Nepal qualquer perdão de dívida, apesar de este país ter sofrido há tão pouco tempo os efeitos de uma catástrofe natural particularmente devastadora. Têm dito que não poderão apoiar a Grécia (as *regras* estatutárias não o permitem...) se este país não oferecer garantias de sustentabilidade da dívida e se o governo grego não der provas de empenhamento na execução do *programa de austeridade* contido no *diktat* de 12.7.2015. Mas garantiram à Ucrânia que “os fundos do FMI continuarão disponíveis mesmo que o país falhe nos pagamentos aos seus credores privados”.

Informações colhidas em J. CADIMA, “Prisão de povos”, *Avante!* de 16.7.2015.

‘acordo’ permitiu ultrapassar definitivamente a ameaça de um *Grexist*. Mas ninguém leva a sério estas ‘sentenças’.

Mais grave ainda. Este ultimato deu passos atrás no que toca à resolução do verdadeiro problema da Grécia: uma estrutura produtiva distorcida, fraco crescimento económico, forte dependência da importação de produtos essenciais (alimentos, energia, medicamentos, equipamentos).

17. - A referida plataforma de entendimento começa por enfatizar o seguinte: “A Cimeira do Euro sublinha a necessidade crucial de restabelecer a confiança com as autoridades gregas”. Mas é claro que não é de *confiança* que se trata, porque, neste capítulo, as autoridades que representam os *credores* é que não oferecem confiança nenhuma. Quem precisa de justificar a *confiança* nelas são as autoridades europeias, as mesmas que patrocinaram negócios escuros, inspirados pelo *Goldman Sachs* e outros, que levaram a Grécia à ruína, em proveito das empresas alemãs e dos grandes bancos alemães e franceses e dos seus amigos gregos (conservadores e socialistas).

Em ‘tradução’ minha (e acredito que, neste caso, o tradutor não é traidor), o que a afirmação que transcrevi significa é isto: os *credores vitoriosos* sublinham que a Grécia vencida tem de se *render incondicionalmente* aos nossos comandos e o governo grego tem de ‘colaborar’ com as ‘tropas ocupantes’ (que vão regressar ao território ocupado, talvez não fardadas de *troika* mas fardadas de *instituições*), ainda que para tal tenha de desrespeitar e castigar o seu povo. Só assim as autoridades gregas terão a nossa *confiança*.

Para merecer esta *confiança*, o governo da Grécia tem de cumprir a sentença a que foi condenado de revogar, por via legislativa, decisões do Supremo Tribunal da Grécia favoráveis aos pensionistas e de revogar, a curtíssimo prazo, a legislação que ele próprio promulgou durante os cinco meses de governo de Syriza com a qual a *troika* não concorda.

Para “restabelecer a confiança”, o *ultimato dos credores* obriga o Governo grego a reconhecer que são fruto das suas políticas algumas das dificuldades por que passa atualmente a Grécia. Obriga-se a vítima das *políticas de austeridade* que lhe foram impostas a atribuir a si própria a culpa dos seus sofrimentos, ilibando os carrascos dos ‘crimes’ que cometeram contra o bem-estar e a dignidade do povo grego. É puro sadismo.

O *diktat* de 12.7.2015 obriga também o Parlamento grego a aprovar, no prazo de dois ou três dias, legislação vária e complexa, que, inclusivamente, obriga o governo grego a “introduzir cortes quase automáticos nas despesas no caso de desvio em relação aos objetivos ambiciosos relativos ao saldo primário, depois de consultado o Conselho Orçamental e sob reserva de aprovação prévia pelas Instituições” (FMI, UE e BCE). É uma humilhação para o Parlamento grego, obrigado a *votar de cruz* (incluindo a perda de competências próprias dos parlamentos, e obrigado a aceitar que, em certas condições, haja *cortes automáticos das despesas*, i.é, sem qualquer intervenção do Parlamento).

É mais um sinal preocupante da *crise da democracia representativa*, assim desrespeitada por aqueles que se dizem os seus mais fiéis defensores. Tal ‘democracia’ só serve para enfeitar discursos, mas ninguém a leva a sério. Talvez estejam a brincar com o fogo.

Para além de medidas mais gravosas do que as aplicadas nos últimos cinco anos, aquela plataforma impõe ainda: “um programa de privatizações significativamente reforçado” (o saque depois da vitória!); a “modernização rigorosa da contratação coletiva” (realce-se o cinismo da palavra *modernização* quando se impõe um regresso ao passado, contrariando as Convenções da OIT); a facilitação dos despedimentos coletivos “segundo as melhores práticas da UE nesta matéria”; a revisão da legislação laboral “alinhada pelas boas práticas internacionais e europeias”, evitando “o regresso a políticas do passado, incompatíveis com os objetivos da promoção do crescimento sustentável e inclusivo”; a adoção de “um vasto programa de reforma do sistema de pensões”; a “racionalização do sistema do IVA” (i.é, o aumento brutal da carga fiscal que vai incidir sobre os mais pobres e que vai afetar negativamente o turismo, que é o setor mais importante da economia grega e o único que tem vindo a crescer); a adoção de medidas para “reduzir ainda mais os custos da Administração Pública” (traduzindo: baixar ainda mais os salários e despedir mais trabalhadores); a publicação a curtíssimo prazo de um Código de Processo Civil (que os operadores judiciários e a opinião pública tinham rejeitado, obrigando o governo de coligação entre conservadores e socialistas a metê-lo na gaveta!), certamente para tornar mais expeditos e mais céleres os processos de penhora, execução de hipotecas e despejo de pessoas que não conseguem pagar as prestações do empréstimo para comprar a casa em que habitam ou as prestações e outros encargos das oficinas, lojas, escritórios ou restaurantes em que ganham a sua vida; a obrigação do governo grego de apresentar um pedido de

assistência financeira ao MEE, obrigatoriamente acompanhado de pedido idêntico junto do FMI (estranha exigência, que é uma confissão da ‘menoridade’ das instituições da UE; será porque, dado o seu passado, o FMI dá mais garantias como ‘polícia de última instância’?).

Em cada linha, uma afronta ao governo da Grécia e ao povo grego!

Como se vê pela terminologia utilizada, este texto é um monumento ao cinismo e à hipocrisia políticas, utilizando uma linguagem que humilha o povo grego, ao mesmo tempo que procura esconder a verdadeira dimensão do *castigo* que lhe está a infligir.

Para suprema humilhação, o ‘acordo’ obriga a Grécia a constituir um “fundo independente” constituído por “ativos gregos de valor”, esperando os *credores* que a sua venda venha a render 50 mil milhões de euros (cerca de ¼ do PIB grego), que serão assim distribuídos: 25 mil milhões vão diretamente para os *credores-vencedores*; 12,5 mil milhões de euros ficam cativos como contrapartida (garantia) de um eventual abatimento dos créditos do devedor-vencido; 12,5 mil milhões ficarão disponíveis para investimento sob a vigilância dos *credores*. Trata-se, em boa verdade, de uma *caução* exigida pelos *credores*, que não poderá garantir que eles recebam tudo o que a Grécia deve, mas que é mais uma humilhação ao povo grego. Humilhação que esteve para ser muito maior, porque, quase até ao fim, esteve previsto que este fundo fosse sediado no Luxemburgo e gerido por uma entidade independente.

Pergunto: se as empresas públicas já foram privatizadas ou devem ser privatizadas imediatamente, que ativos são estes? Fala-se do velho aeroporto de Hellinikon (abandonado desde 2001), dos correios, da empresa petrolífera e da companhia de eletricidade. Mas estamos longíssimo dos 50 mil milhões de euros. O que resta então? As ilhas do Mar Egeu, as praias, o Parthénon, obras de arte, o recheio dos museus?

Hipocritamente, o *diktat dos credores* faz uma declaração tipo *polícia bom*: “A Comissão irá trabalhar em estreita colaboração com as autoridades gregas para mobilizar até 35 mil milhões de euros para financiar a economia”.

Mas é claro que não se dispensa o acompanhamento dos representantes dos *credores*. Mais. Esta mesma Comissão Europeia tem bloqueado o pagamento à Grécia de 35 mil milhões de fundos estruturais a que a Grécia tem direito como membro da UE. Por outro lado, esta promessa de agora está a contar, diria o nosso povo, com *o ovo no cú da pita*, i.é, com o famigerado *Plano Juncker*, que nunca mais arranca e que, na

minha opinião, não passa de uma quimera, assente na miragem de uma chuva de investimentos privados...

Com estas 'armas' os credores derrotaram o povo grego, vão continuar a tarefa de destruir a sua economia, vão aumentar o desemprego, a pobreza e a exclusão social, com a certeza de que a dívida só poderá aumentar e de que a capacidade da Grécia para a pagar vai continuar a ser cada vez mais reduzida. "Não há exemplos de países que tenham recuperado de uma crise através da austeridade" (Joseph Stiglitz).

O que os credores estão a impor ao povo grego são décadas de *trabalho escravo* ao serviço dos *senhores-credores*. É o regresso da *escravidão por dívidas*. Este *diktat* é o retrato da *Europa do euro*, da *Europa alemã* que confiscou a *soberania* dos estados-membros com a promessa de a trocar por uma *solidariedade* que agora lhes nega. Os povos da 'Europa' ficaram sem uma coisa e sem a outra. E, sem *soberania*, perderam também o único espaço em que podem exercer a *cidadania*, praticar a *democracia* e organizar a luta contra a *ditadura do capital financeiro*.

Com razão, as condições da 'ajuda' a países como Portugal e a Grécia já foram comparadas às *propostas irrecusáveis* do 'padrinho' Don Vito Corleone, retratado no célebre filme de Francis Ford Coppola (que é, na minha leitura, uma teoria sobre o poder). São, realmente, propostas ilegítimas à luz do Direito Internacional. Como qualquer criminoso de direito comum, o estado português foi colocado numa espécie de *prisão domiciliária*, sujeito à visita periódica das autoridades responsáveis pela aplicação das penas: durante o período de vigência do 'programa de ajustamento', os inspetores da *troika* visitaram-nos de três em três meses, para verificar se estávamos a cumprir todas as penas impostas. É uma situação humilhante. Mas os senhores inspetores continuarão a 'visitar-nos' até que Portugal pague pelo menos 75% da dívida. Nunca mais saem de cá... E, mesmo quando não vêm, têm as *regras* do Tratado de Maastricht e do Tratado Orçamental a fazer o trabalho por eles.

Tudo é hoje é muito claro. Em tempos passados, os países credores ocupavam militarmente os países devedores impossibilitados de pagar as suas dívidas e passavam a gerir as alfândegas, cobrando em seu favor os direitos alfandegários (o único imposto com receitas relevantes) até recuperarem o dinheiro que tinham emprestado. Agora, os nossos 'parceiros' na UE, vestindo a pele de *credores* e esquecendo tudo o resto, fazem pior: disfarçados de *troika* (ou de *instituições*), levam, a título de juros, uma fatia importante da riqueza que produzimos e dos impostos que pagamos; impõem a venda ao desbarato das empresas que constituem os alicerces da nossa soberania; destroem a

economia, desmantelam a escola pública, o serviço nacional de saúde e o sistema público de segurança social; empobrecem os trabalhadores, humilham os povos e os estados; dizem-nos se podemos ou não aumentar o salário mínimo, dizem-nos quantas freguesias podemos ter; fazem chantagem sobre o Tribunal Constitucional, não respeitando sequer as ‘barbas brancas’ de um país como Portugal, independente há quase 900 anos. Já alguém viu tratar deste modo os estados endividados no seio dos EUA, no seio da União brasileira ou da federação alemã?

18. - No plano pessoal, posso oferecer toda a compreensão a quem tem de tomar decisões em circunstâncias tão dramáticas. Mas, no plano político, não posso deixar de dizer que esses decisores têm de assumir a responsabilidade política por se terem deixado cair na emboscada que lhes foi preparada pelo poderoso e sagaz ‘inimigo’ cuja força não poderiam desconhecer.

Falhada, nas condições que refiro atrás, a ronda negocial de fev/2015, o prolongamento por mais quatro meses do Programa de assistência financeira anterior não serviu para nada. Enganaram-se redondamente os que ‘acreditaram’ que esse prazo permitiria ao governo grego preparar-se para um segundo *round* vitorioso. Na minha opinião, o Governo do Syriza deveria ter percebido que a sua fé na bondade da estratégia de permanecer no euro e conseguir um ‘bom acordo’ com os *credores* (estratégia que, a meu ver, tinha ficado esvaziada em fevereiro) só poderia ter algum êxito se os *credores* fossem confrontados com a hipótese da saída da Grécia da zona euro em caso de fracasso das negociações.

Não foi essa a opção de Tsipras e do seu Governo, que iniciou este segundo *round* do combate com os *credores* sem ter preparado o complexo dossiê da saída do euro, apesar de o Syriza ter dito, durante a campanha eleitoral de que saiu vitorioso, não estar disponível para suportar “nenhum sacrifício pelo euro”. E não se preocupou em fazer pedagogia política junto da opinião pública grega com vista a ganhar o seu apoio para a ‘batalha’ que iria travar contra os *credores* no mês de junho/2015. Partiu para ela desarmado, com a mesma ‘ingenuidade’ com que tinha encarado a ronda de fevereiro. E, sem poder utilizar a possibilidade de saída do euro como arma negocial, o resultado deste *round* foi ainda mais desastroso do que o do primeiro.

A ausência de um plano B explica-se, certamente, pelo facto de a direção do Siryza não concordar politicamente com ela. Como sublinha Lapavitsas (entrevista concedida a Sebastian Budgen), “nunca houve um plano B sério por parte da direção do

Syriza” porque eles “nunca estiveram realmente interessados em ter um.” Com inteira razão, Lapavitsas salienta que, “para ter um plano B, é necessário entender a política de classe da UEM e da UE, é necessário estar preparado para a luta de classes mais extrema e é necessário preparar o povo para o conflito.” Parece inequívoco que esta não é a perspectiva da direção do Syriza.

Os factos dão plena razão a Varoufakis: como digo atrás, o Primeiro-Ministro grego colocou-se num beco sem saída, e foi obrigado a *capitular*, aceitando (quase ajudando a preparar) a *rendição incondicional* que o ‘inimigo’ sempre desejou. E é claro que não se tratou aqui de *recuar um passo para depois avançar dois*. Tratou-se de uma verdadeira capitulação, uma humilhação para o povo grego, depois da lição de dignidade que deu no referendo.

Estas considerações não apagam a minha ideia de que a responsabilidade política dos *credores* da Grécia no castigo e na humilhação que infligiram ao povo grego é muito maior do que a de Tsipras e do seu Governo. Porque os *credores* tinham plena consciência de que o povo grego queria permanecer no euro e de que o governo grego não estava preparado nem disponível para lutar até às últimas consequências por uma alternativa à austeridade punitiva e empobrecedora. Certos da sua força e da sua vantagem negocial, puxaram a corda até que, já quase sem poder respirar, Tsipras aceitou o *ultimato de rendição incondicional*. Esta mascarada de negociações terminou de *forma desastrosa* para a Grécia, mas terminou de *forma desonrosa* para os *credores*.

Quanto ao que se passou no Parlamento grego na noite de 15 para 16 de julho/2015, tenho de dizer que estou ao lado da Presidente do Parlamento grego, na justificação do seu voto contra o *ultimato dos credores*: “Não temos o direito de interpretar o NÃO dos eleitores como um SIM”. E não posso apoiar o gesto político daqueles deputados que declararam “votar contra as nossas [deles] consciências e apoiar o acordo”, sabendo que 67% dos seus concidadãos tinham acabado de rejeitar, clara e corajosamente, as *políticas de austeridade* impostas por tal ‘acordo’.

Os deputados que votaram a proposta do Primeiro-Ministro mostraram que não estão no Parlamento para respeitar a vontade de quem os elegeu. Aceitaram substituir a *soberania nacional* (a soberania do *povo soberano*) pela *soberania dos credores*, a *soberania dos mercados*. Aceitaram que os problemas do povo grego se podem resolver pela *austeridade*, a solução imposta pelos *mercados soberanos*.

Deixando de lado os deputados em si mesmos, o que vale a pena sublinhar é que a dita *democracia representativa* está a tornar-se uma farsa. Não podendo ignorar a

vontade do povo grego expressa em referendo dias antes, os que se dizem seus *representantes* (os que votaram a favor da aceitação do *ultimato*) não honraram o mandato democrático que receberam através do sufrágio universal e desrespeitaram o *povo soberano* que os elegeu. Podem dar as voltas que quiserem, podem adulterar o significado das palavras, mas isto não é democracia, é a negação dela.

Uma nota mais: o Parlamento grego votou a submissão ao *ultimato dos credores*, com 64 votos contra e seis abstenções. Durante o debate, o Primeiro-Ministro Alexis Tsipras voltou a dizer que *não acreditava* nas medidas constantes na proposta final dos credores e que *não concordava* com elas, mas votou a favor da sua aceitação, alegando que não tinha outra alternativa. Alguém pensa que este Primeiro-Ministro (que agiu, confessadamente, sob coação, em *estado de necessidade*) tem condições pessoais e políticas para executar um programa em que *não acredita* e com o qual *não concorda*? Obrigá-lo a aceitar tal programa e a comprometer-se a executá-lo foi um gesto deliberado de humilhação, tanto mais que, para além da confissão pública do FMI, não é admissível que algum dirigente europeu *acredite* em tal programa e entenda que a Grécia poderá algum dia pagar a sua dívida. Como disse um dirigente finlandês, “o que era importante para nós, desde o início, era conseguir condicionantes duras. Sentimos que isso foi conseguido no acordo”. É claro que este foi o objetivo de todos os *credores* que impuseram o *ultimato* a Tsipras no dia 12.7.2015: obrigá-lo a aceitar *condições duras*. E ele acabou por aceitar *condições muito duras*.

E duas perguntas finais. Será válido um ‘acordo’ assinado sob coação por quem *não acredita* nas (e *não concorda* com as) medidas nele inscritas? As dívidas resultantes deste *diktat* poderão ser exigidas ao povo grego, que tão expressivamente rejeitou as propostas dos *credores*? Não se tratará de *dívidas ilegítimas* ou mesmo de *dívidas odiosas*, que, segundo o Direito Internacional, os povos não têm que pagar?

19. - Esta guerra dos *credores* contra o povo grego foi travada (e ganha pelos *credores-agressores*) também para deixar claro aos *povos das colónias do sul* que, nesta *Europa do euro*, nesta *Europa do capital*, nesta *Europa alemã*, quem dita as regras são os *senhores-credores* da ‘metrópole’. Aos povos das ‘colónias’ resta aceitar, submissamente, a sua sorte de colonizados, humilhados e ofendidos, ‘escravizados’.

O exemplo recente da Grécia mostra, a meu ver, entre outras coisas, que, no quadro da UEM, não tem qualquer viabilidade nenhum programa sério de renegociação e reestruturação da dívida soberana, por mais insustentável que seja essa dívida. Nesta

‘Europa’ agora dividida em *credores* e *devedores*, os primeiros recusam qualquer possibilidade de reestruturação da dívida que asfixia os devedores.

A Alemanha, que lidera as tropas dos *credores* nesta *guerra* contra os *devedores*, esqueceu o *Acordo de Londres* (1953) que garantiu o seu desenvolvimento e impõe às ‘colónias’ condições que vão em sentido inverso ao daquelas que lhe foram generosamente oferecidas. Porquê este ‘esquecimento’ da História? A verdade é que a Grécia ofereceu dura resistência ao invasor nazi e não pode hoje, por força das circunstâncias, ser uma peça importante na defesa do ‘mundo livre’ contra a ‘ameaça comunista’, no quadro da guerra fria. Querem castigar o povo grego por isso? Recordem-se, senhores *credores*, que, por umas e por outras, a Grécia pagou o preço elevadíssimo de uma guerra civil particularmente dramática, que lhe foi imposta para ‘combater o perigo comunista’. No referendo de 5 de julho de 2015, o povo grego deu à Europa e ao mundo mais uma lição de dignidade: de novo a *resistência* venceu o *colaboracionismo*. O povo grego tem direito a não ser tratado com menos respeito do que aquele que o povo alemão mereceu (inclusivamente por parte da Grécia) oito anos apenas depois de os povos da Europa (e o povo grego está no quadro de honra!) terem libertado o mundo da barbárie nazi.

Concluo com Jürgen Habermas, em entrevista ao *Guardian* (16.7.2015): o governo da Sr^a Merkel, ao impor a Tsipras a *rendição incondicional*, praticou um “ato de punição” contra o governo do Syriza e contra o povo grego. E acrescenta: “o governo alemão, incluindo a sua facção social-democrata, (...) revelou-se desavergonhadamente como o disciplinador-chefe da Europa e pela primeira vez pediu abertamente uma hegemonia alemã na Europa”, o que justifica o temor do filósofo alemão de que este gesto “tenha deitado fora numa noite todo o capital político que uma Alemanha melhor acumulou ao longo de meio século”.

A análise do dramático processo que forçou o Primeiro-Ministro grego a assinar um documento em que *não acredita* e com o qual *não concorda* pôs em evidência que a *Europa de Maastricht* e do *Tratado Orçamental* apagou do chamado ‘espírito europeu’ qualquer ideia de *coesão* e de *solidariedade*.

Pôs em evidência que, talvez na sua maioria, os cidadãos de cada um dos estados-membros não se sentem *concidadãos* dos naturais de outro país da UE (sobretudo se este for *devedor*). Pôs em evidência que o *povo europeu* não existe. Já sabemos que Dominique Strauss-Kahn disse um dia que, depois de feita a ‘Europa’, era

preciso *produzir os europeus*. Mas ele saiu da cena política, e o projeto deve ter sido posto de lado...

Pôs em evidência também que esta *Europa do capital e do euro* não muda. Os povos que querem salvar a sua independência como estados e a sua dignidade como povos têm de libertar-se das cadeias do euro.

À luz do que fica dito, é inevitável reconhecer que sai reforçada a razão dos que, em Portugal, defendem a urgente necessidade de analisar todas as implicações da saída do euro, preparando o País para tomar essa decisão quando as condições o aconselharem, sem se deixar colocar na situação de ser corrido, como agora quiseram fazer à Grécia (temporariamente, por um período de cinco anos, ou a título definitivo).

Toda a gente diz que Schäuble tem o sonho (e um plano para o realizar) de correr a Grécia do euro. Numa das reuniões do *Eurogrupo* antes do ‘acordo’ imposto a Tsipras após o referendo de 5.7.2015 foi presente uma proposta formal da Alemanha no sentido de afastar a Grécia do euro durante cinco anos, proposta que foi posta de lado dada a oposição da França. Mas o Presidente da Comissão Europeia já tinha admitido antes que “a Comissão tem um cenário de *Grexit* preparado e em detalhe” (*Público*, de 8.7.2015). A premeditação é clara... De resto, em devido tempo, a comunicação social deu conta de que já em 2011 o Ministro das Finanças alemão terá proposto ao governo grego uma saída negociada (apoiada) do euro.

Segundo o jornal *Libération* (12.7.2015), o Presidente da Comissão Europeia (que aparece nos telejornais a dar beijinhos fraternos a Tsipras) terá dito ao Primeiro-Ministro grego numa das reuniões entre os *credores* e o governo grego: “Se o Eurogrupo funcionasse como uma democracia parlamentar, tu já estarias fora, porque quase todos os teus parceiros o desejam”. Isto é que é federalismo!

Uma proposta mais refinada (mais cínica) foi apresentada por François Hollande já no início de agosto/2015 (a França de Hollande passou a integrar a *Europa de Vichy*, capitulacionista e colaboracionista): reservar o euro para um núcleo duro de sete países (os *sete magníficos*, os *donos da ‘Europa’*) e criar um euro fraco para os restantes. Estes são os mais fracos (os *devedores*), que se sabe vão continuar a ficar cada vez mais fracos e mais pobres. Para isso estão a destruir as suas economias e baixar os salários e os direitos dos trabalhadores, sabendo que uma economia assente em mão-de-obra barata só poderá tornar-se ainda mais pobre. E, pelos vistos, os ‘pobres’ não têm lugar no *clube dos ricos* que é a UE. A menos que aceitem transformar-se em *economias escravas* (*Financial Times*) no seio da UE imperialista. O *euro alemão* não oferece

outra alternativa: os ‘pobres’, ou aceitam “as perdas de soberania” e “as ofensas à sua dignidade nacional” (Ulrich Beck) e o seu papel de *povos-escravizados-pela-dívida* e pela *impossibilidade de crescer* (repito: é este o objetivo do *Tratado Orçamental* enquanto *pacto colonial/pacto de subdesenvolvimento*) ou acabam por ser escorraçados do clube do euro. Se alguém pensou que o euro poderia ser uma espécie de cimento da ‘Europa’, a história da moeda única europeia desfez esse ‘sonho lindo’: o *euro alemão* está a destruir a Europa e, se os povos europeus não tomarem em mãos o seu destino, ele acabará por forçar a implosão da Europa.

De muitos lados vem a previsão (sobretudo à luz do que agora se passou no embate entre o povo grego e os *credores*) de que, mais cedo do que tarde, a Grécia vai ter de sair da zona euro. E de muitos lados vem também a previsão de que Portugal virá a seguir.

O melhor é os portugueses estarem preparados para o que aí vier. Porque só deste modo estarão em condições de acertar com os ‘donos’ da UEM uma saída que diminua os custos que ela implica para os trabalhadores e para a economia nacional. Deste episódio ‘grego’ resulta claro que Portugal pode vir a ser forçado a uma ‘saída sem rede’. Portugal nunca deve assumir esta solução, mas não deve fugir a ela, se os *credores* a impuserem. Historicamente, esta foi, aliás, a situação da generalidade dos povos colonizados, que tiveram de conquistar a sua independência em guerra aberta com os colonizadores e enfrentar ainda, após a independência, a hostilidade e o boicote político e económico da antiga potência colonial.

Dito isto, é fora de dúvida que a solução preferível é sempre uma saída negociada e apoiada. E talvez possamos ser otimistas e esperar que esta seja a solução preferível também para a aristocracia dos *credores*, que se veriam livres dos ‘problemas’ que lhes criam os incivilizados *povos do sul* (os *devedores*). Só não pensarão assim se assumirem, sem reservas, que o seu objetivo último é o de *colonizar* e *escravizar* os *devedores*.

Uma coisa é certa. Depois do que os *credores* fizeram à Grécia, é obrigatório extrair pelo menos esta lição, como fez Varoufakis: “Negociar com medo é algo que nunca mais deve acontecer a nenhum povo da região”.

O processo de saída iniciar-se-á com a declaração da impossibilidade de pagar a dívida e os encargos dela. Mas a dívida não desaparece. Por isso é que é importante a colaboração das instituições da UEM, que poderá traduzir-se na redução do montante da dívida e na definição de outros pontos da necessária reestruturação da dívida, bem como

na garantia do BCE relativa à sustentabilidade do sistema bancário do país que abandona o euro e no seu apoio à manutenção da inevitável desvalorização da nova moeda dentro de limites toleráveis (20%-25%), ajudando o país a defender-se de movimentos especulativos contra a nova moeda.

20. - O novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida de si mesma e perdida na História, está, com razão, a assustar muita gente. Em julho de 2012, o semanário inglês *New Statesman* proclamava: “A mania da austeridade de Angela Merkel está a destruir a Europa”. Alargando o âmbito da reflexão, o antigo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, escreve: “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez”. Dá que pensar.

A História não se reescreve, mas também não se apaga. Não tenho tanta certeza de que não se repita. Para evitar o regresso da barbárie, é essencial que preservemos a memória. E é fundamental que todos tiremos todas as consequências das lições da História e que não demos tréguas ao “cesarismo amnésico” (Serge Halimi) que por aí campeia. A *Europa alemã* está a levar demasiado longe a sua arrogância e a sua desumanidade para com os *povos do sul*. O mal-estar cresce por toda a Europa.

“Nos países mediterrânicos – escreve Wolfgang Streeck –, e em certa medida na França, a Alemanha é hoje mais detestada do que nunca desde 1945”. A verdade é que até o Primeiro-Ministro italiano anunciou a sua preocupação: “Eu digo à Alemanha: basta! Humilhar um parceiro europeu é impensável”. Mas aconteceu... Na França, foi o secretário-geral do PS francês que escreveu e tornou pública uma carta aberta ao povo alemão, de que os jornais deram conta, em que propõe que a Alemanha repense o seu lugar na Europa. Escreve ele: “A Europa, meu querido amigo, não entende a obstinação do vosso país em seguir o caminho da austeridade. Será que o vosso país esqueceu o apoio dado pela França depois daqueles crimes atrozes cometidos em vosso nome? (...) A França e a Europa deixaram a Alemanha tornar-se a potência que é hoje. (...) Mas, querido amigo, a Alemanha tem de se organizar e depressa”. Antes que seja demasiado tarde, digo eu.

Duas palavras finais para deixar claro que, a meu ver, as questões em aberto não se resolvem pondo bigodes à Hitler nos retratos da Sr^a Merkel. O regresso da *Grande Alemanha* fez regressar os medos históricos da Europa, cujos povos têm sido

secularmente martirizados e dizimados por guerras que não são as suas. E a extrema direita fascistóide já está no governo na Hungria e na Finlândia. E domina a Ucrânia, com o aplauso e o apoio incondicional das chamadas democracias ocidentais, que nunca mais aprendem a história do aprendiz de feiticeiro.

No entanto, sabemos hoje que a 1ª Guerra Mundial não ocorreu porque um nacionalista sérvio (um fanático, dirão alguns) matou um arquiduque numa rua de Sarajevo. E sabemos também que o nazi-fascismo não se confunde com a personalidade psicopática e com as ideias criminosas do fanático Adolf Hitler. O nazi-fascismo foi o resultado da aliança entre o partido nacional-socialista e os grandes monopólios alemães (da indústria e da finança) em determinadas condições históricas (da história do capitalismo). O que hoje se passa aos nossos olhos é o fruto da *ditadura do grande capital financeiro*, que ganhou supremacia relativamente às atividades produtivas (Keynes alertou para os perigos de uma situação deste tipo), produziu a ideologia neoliberal e tornou o mundo dependente dela, para seu proveito. Estes têm de ser os alvos do nosso combate, em especial no plano da *luta ideológica*, um terreno privilegiado da *luta de classes* nestes nossos tempos. E este combate obriga-nos a retirar a discussão destes temas dos ambientes almofadados do *bunker* de vidro de Bruxelas e dos corredores de todas as *comissões trilaterais* do mundo, trazendo-a para a praça pública, onde está o povo e a cidadania, onde acontece a História.

A crise atual do capitalismo tem vindo a acentuar e a evidenciar as contradições do ‘mundo velho’ que se julga predestinado para ser *eterno*, um sistema económico e social que não vive sem situações recorrentes de desemprego e de destruição do capital em excesso e que hoje só sobrevive à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, para tentar contornar os efeitos da *tendência para a baixa da taxa média de lucro* e para tentar satisfazer as *rendas* (verdadeiras *rendas feudais*) que são o suporte da hegemonia do grande capital financeiro.

Os poetas ajudam-nos a alimentar *o sonho que comanda a vida*. Por isso, vale a pena levar a sério o conselho do poeta brasileiro Geraldo Vandré, vítima da ditadura militar: “Quem sabe marca a hora, não espera acontecer.” Porque, como também nos diz o Xico, “quem espera nunca alcança.”